

## Trabalhadores no mercado de capitais:

### “Capitalismo para poucos” e o sindicalismo financeiro dos fundos de pensão

Maurilio Lima Botelho<sup>1</sup>

Depois do escândalo do mensalão, os fundos de pensão chegaram aos principais noticiários do Brasil apresentando uma imagem, pela primeira vez, de um grande agente econômico. O poder econômico alcançado pelos fundos de previdência complementar, os conflitos estabelecidos com grandes empresas brasileiras (o caso com o grupo Opportunity, em primeiro lugar) e a ascensão política adquirida por figuras sindicais oriundas dos fundos de pensão deram uma importância inédita a essas instituições.

Muito da sua visibilidade se deve ao fato de que é efetivamente um agente econômico novo comparado a outras instituições econômicas e financeiras. As leis que regulamentam os fundos de previdência complementar no Brasil são do final dos anos de 1970 (lei 6.435 de 1977), depois modificadas pelas leis de 2001 (leis complementares 108 e 109), que correspondiam a uma regulamentação exigida desde a Constituição de 88. É apenas com essa nova legislação que os fundos de pensão passam a ter uma importância financeira ampla, investindo em diversos setores da economia, desde o financiamento de obras de infraestrutura, passando por investimentos em carteiras ou— o que é o seu mais importante negócio em termos de volume— em títulos de renda fixa.

Anteriormente, os fundos de pensão—na verdade, caixas de previdência ou institutos de aposentadoria— possuíam diversas limitações legais e financeiras. Embora tenham uma história secular (ao que tudo indica, o primeiro fundo de pensão brasileiro foi a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, *Previ*, criado em 1904), sua importância econômica sempre foi reduzida em função da pequena margem de operação permitida. Em linhas gerais, não há diferença substancial entre essas formas de previdência complementar— na verdade, algumas delas surgiram antes mesmo da previdência pública oficial, portanto são posteriormente “complementares” à previdência universal. O princípio de funcionamento é basicamente o mesmo, já que se trata da reunião de pequenos depósitos, realizados ao longo da vida profissional de seus membros, cujo objetivo é acumular recursos e se capitalizar, para garantir uma renda posterior com a aposentadoria desses sócios.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Maurilio Lima Botelho é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> A primeira experiência histórica de uma instituição de “pensão” foi a organização de um fundo entre ministros protestantes da Igreja da Escócia, na primeira metade do século XVIII, voltado à manutenção das suas viúvas (que ficavam sem assistência quando eles morriam). Diferente de formulações de seguro anteriores, essa “previdência” protestante pagava pensões que decorriam dos ganhos dos investimentos realizados com o dinheiro depositado pelos ministros. Cálculos matemáticos eram feitos envolvendo a idade média dos ministros, o tempo médio em que as mulheres viviam após a morte do marido, o número de depositantes etc. tudo para que as contribuições pudessem render frutos adequados (Niall Ferguson. *A ascensão do dinheiro – a história financeira do mundo*. São Paulo: Editora Planeta, 2009, p. 178-184). Esse modelo foi copiado em diversas partes, até transformar-se na primeira

Embora de pouca participação nas atividades econômicas em geral, as caixas de previdência e os institutos de aposentadoria foram responsáveis pelo financiamento do primeiro grande esforço de construção de moradias populares no Brasil, realizada na década de 1940, não por acaso sob pressão do governo trabalhista de Vargas. Coube aos institutos de comerciários (IAPC) e industriais (IAPI), entre outros, o fornecimento de fundos para a construção de moradias de baixo preço, em geral condomínios de apartamentos, que dominam hoje a paisagem de alguns bairros de trabalhadores em São Paulo ou subúrbios do Rio.<sup>3</sup>

Com as normas aprovadas a partir do final dos anos de 1970, os fundos de previdência são regulamentados e passam a compor a tentativa do governo de alavancar o mercado de capitais no Brasil, o que só ganha proporções significativas depois das leis que entram em vigor na virada do século, quando muitos dos limites percentuais de aplicação em ações e financiamento são alargados. Depois das privatizações da era FHC e com a chegada do PT ao Palácio do Planalto, a importância dos fundos de pensão na economia nacional dá um salto significativo, representativo não apenas pela explosão do número de fundos de pensão em empresas estatais, órgãos da administração pública e empresas privadas, como também pela crescente dependência que o mercado de capitais passa a ter dessas instituições. A nova forma de gestão da vida econômica nacional baseada em parcerias público-privadas guarda um espaço central para os fundos de pensão.

O poder assumido hoje pelas entidades fechadas de previdência complementar — termo oficial para designar os fundos de pensão — é realmente impressionante, mais ainda quando se analisa o rápido crescimento em duas décadas. Em 1990, os fundos de pensão possuíam ativos que não chegavam a 4 % do PIB nacional; entre 1996 e 1997, período das grandes privatizações da Era FHC, os fundos romperam a barreira dos 10 %. Com um rápido crescimento para quase 15 % em 2001, desde então eles têm permanecido em torno dessa taxa percentual, com o pico histórico de 17,2 % em 2007.<sup>4</sup> Segundo dados da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), em junho de 2013, os ativos totais em posse dos fundos de pensão brasileiros correspondiam a 14,7 % do PIB brasileiro. O volume em dólares desse ativo mostra a dimensão do rápido crescimento: em dezembro de 2000, o patrimônio das entidades de previdência complementar chegava a 66,5 bilhões de dólares; o patrimônio saltou para 296 bilhões de dólares em junho de 2013.<sup>5</sup>

Envolvendo seis milhões de indivíduos, entre associados, pensionistas e dependentes, o volume de ativos em mãos dos fundos de pensão no Brasil é ainda muito baixo comparado a

---

previdência social no governo de Bismarck, em 1880. O próprio chanceler definiu o sistema como uma tentativa de engendrar o “espírito conservador” nas massas, pois eliminaria a penúria e a insegurança, isto é, era uma “idéia do Estado socialista” utilizada para diminuir a influência política dos socialistas (p. 188).

<sup>3</sup>Nabil Georges Bonduki. *Origens da habitação social no Brasil*. In: *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3ª.), p. 724.

<sup>4</sup>Hudson Fernandes Amaral; Caroline Sales Issa Villaça; Camila Figueirêdo Marques Barbosa, Valéria Gama Fully Bressan. Fundos de pensão como formadores de poupança interna: uma alternativa para o financiamento da atividade econômica. In: *Revista de administração contemporânea* [online]. 2004, vol.8, n.2, p. 139.

<sup>5</sup>Abrapp. *Consolidado Estatístico*, junho de 2013, p. 9. Disponível em: [http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/ConsolidadoEstatistico\\_06\\_2013.pdf](http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/ConsolidadoEstatistico_06_2013.pdf). Acesso em nov. 2013.

alguns países vizinhos. Na Bolívia, os fundos possuem 29,3 % do PIB, no Chile, um volume que corresponde a mais da metade do PIB (58,5 %).<sup>6</sup>No entanto, o país está muito próximo da média de outras nações latino-americanas, como Argentina (10 %), Colômbia (17 %), Peru (16,9%) e Uruguai (17,8%).

A grande discrepância se dá na comparação com os países centrais do capitalismo, algo explicável pela complexidade do sistema financeiro dessas nações e pela integração ao mercado mundial de capitais. Nos EUA, os fundos detêm um patrimônio correspondente a 70,5 % do PIB; no Canadá, sede de alguns dos maiores fundos do mundo, o percentual é de 63,7. No Reino Unido, a proporção é de 88,2 %. Em países menores, o volume relativo do patrimônio das entidades privadas de previdência supera mesmo o PIB anual: na Suíça é de 110,8 % e na Holanda, 138,2 %. Contudo, países onde o sistema de previdência pública é abrangente, a força dos fundos é muito reduzida, caso da Suécia (9,2 %), Noruega (7,4 %) e França (0,2 %).<sup>7</sup>

Tomando apenas esse universo comparativo, o poder econômico dos fundos de pensão apareceria ainda frágil e limitado no Brasil. Sem dúvida, o processo que estamos observando está em curso, numa fase ainda intermediária de desenvolvimento. Contudo, a velocidade desse processo de crescimento é significativa na história recente: a julgar pela rapidez comparada a outras partes do mundo, é a demonstração de que a ampliação dos fundos de pensão tornou-se a marca de um processo de financeirização da economia brasileira que a atualiza em relação aos centros do capitalismo mundial.

Em uma década, o patrimônio dos fundos de previdência complementar brasileiros passou de uma participação de 0,5 % nos ativos globais dos fundos de pensão para 1,3 % (2000-2010). Os fundos brasileiros detêm pouco mais de um centésimo dos ativos previdenciários de todo o mundo, mas a velocidade de sua ampliação é marcante: nessa década, dos 13 maiores mercados de fundos de pensão do mundo, o Brasil é o que apresentou o maior crescimento (462 %). No mesmo período, os ativos globais dos fundos cresceram 162 %. O Brasil tem o crescimento do patrimônio dos fundos, na primeira década do século XXI, mais expressivo de todos (acompanhado de perto pela Austrália, que cresceu 458 % e passou ao quarto maior mercado do mundo). Nesse mesmo período, EUA e Japão reduziram suas participações globais, embora em riqueza absoluta seus fundos continuem a crescer. Mesmo com o crescimento de países secundários no mercado mundial de fundos de pensão, esses dois países, mais o Reino Unido, possuem 80 % dos ativos globais (cerca de 21 trilhões de dólares).

Esse exponencial crescimento dos fundos de pensão no Brasil é o resultado de uma conexão cada vez mais direta com o mercado mundial de capitais. Com isso, também os mesmos mecanismos de ficcionalização da riqueza (capital fictício) repercutem na economia nacional. A

---

<sup>6</sup> É evidente, no entanto, que nesses países o volume se deve às experiências pioneiras com o neoliberalismo. O Chile é o mais significativo, pois as reformas de Pinochet na década de 1970 reforçaram o papel da previdência privada como resposta ao esboço de Estado do bem-estar social criado por Allende: o *chicago boy* José Piñera, Ministro do Trabalho, ofereceu aos trabalhadores a opção de saída do sistema de previdência estatal criando administradoras privadas de pensão (Niall Ferguson, *A ascensão do dinheiro*, p. 198-205). Ferguson argumenta que o sucesso chileno é tamanho que muitos outros países do continente estão o imitando. A história recente não mostra bem isso.

<sup>7</sup> Os dados são recentes, de 2008 em diante. Abrapp. *Consolidado Estatístico*, cit., p. 10.

instabilidade crônica do mercado contemporâneo se torna uma marca da economia brasileira, demonstrando que sua natureza estritamente doméstica é coisa do passado, assim como as tensões e dificuldades inerentes a um capitalismo em crise estrutural se avolumam em nossas terras.

Entretanto, não é essa natureza econômica geral dos fundos de pensão brasileiros que nos interessa aqui. Registrada a sua crescente importância no mercado mundial e sua rápida ascensão na economia do país, importam-nos os impactos sociais desse novo mecanismo de mediação da riqueza monetária, principalmente os seus efeitos no aprofundamento das tensões sociais. A emergência dos fundos de pensão como um poder econômico requer uma compreensão cuidadosa das formas de propriedade, da intermediação financeira, da circulação monetária, da distribuição de rendimentos e riqueza, assim como dos mecanismos de representação e de mobilização do poder. Muitas das teorias tradicionais sobre a economia nacional caem por terra diante desse novo agente econômico, assim como a interpretação simplória da divisão social em classes *claramente* antagônicas torna-se frágil e caduca – o que é o mais grave, pois os conflitos sociais se ampliam e a rede de tensionamento econômico se aperta.

### **O poder econômico e político dos fundos de pensão**

Em 7 de dezembro de 1994 a Empresa Brasileira de Aeronáutica teve o seu controle acionário e gestão transferidos para a iniciativa privada. Uma das primeiras grandes privatizações da era FHC (nessa ocasião, já eleito mas ainda não empossado), a privatização da Embraer poderia servir como exemplo paradigmático do que viria a ser implementado posteriormente. Em primeiro lugar, não importava o papel estratégico que a empresa estatal realizava (no caso, uma das poucas empresas que produziam aviões em todo o mundo), em segundo, a justificativa de que, diante de qualquer dificuldade financeira, mais fácil o aporte privado do que o financiamento público. Por fim, o mais importante de tudo, a privatização da Embraer seria a indicação da importância que assumiria os fundos de pensão na gestão das principais empresas nacionais, antigas empresas estatais. Com recursos da Previ e da Sistel (fundo de funcionários do então sistema Telebrás), em associação com a Cia. Bozano, Simonsen, a empresa de aviação passaria a gestão privada através de recursos *predominantes* dos fundos de pensão, reerguendo-se de uma grave crise na primeira metade da década de 1990.

Logo depois, com a sequência de privatizações que quase liquidou todo o patrimônio estatal construído em cinco décadas, os fundos de pensão teriam um papel ainda mais importante, participando como compradores no leilão de empresas como a Cia. Vale do Rio Doce, do sistema de telecomunicações (várias empresas regionais foram adquiridas pelos fundos em associações com investidores privados) e de empresas estatais estaduais (Metrô-Rio, Escelsa entre outras).

Durante a segunda metade da década de 1990, portanto, os fundos de pensão cresceram com as oportunidades geradas pela privatização generalizada promovida pelo governo do PSDB, embora ainda mantivessem um papel secundário quanto às funções que desempenhariam ao entrar com os recursos para a substituição do Estado como o controlador principal dessas

empresas. De certa maneira, os fundos de pensão, seja pela pouca força que possuíam naquele momento, seja pelos vínculos estabelecidos do governo tucano com empresários, não possuíam poder significativo nas empresas das quais participavam como importantes acionistas.

A privatização das telecomunicações acabou sendo o teste de força dos fundos de pensão e, anos depois, foi responsável pela repercussão política e midiática do poder dos fundos. Enquanto as empresas privadas, de um lado, participavam principalmente através dos financiamentos do BNDES no processo de privatização, de outro, os fundos de pensão entravam diretamente como compradores de fatias das ex-estatais. A Telebrás foi desmembrada em diversas empresas de telefonia móvel, empresas de telefonia fixa e de comunicação a longa distância. Considerado o *filé mignon* de todo o processo de privatização – o que mais arrecadou oficialmente segundo as contas do governo –, o setor de telecomunicações foi disputado em função de sua importância na “era da informação”, onde a comunicação por satélite, os telefones celulares, o acesso à internet e a telemática em geral deram novo significado às tradicionais e seculares empresas de telefonia.

A chamada Tele Centro Sul foi adquirida, em julho de 1998, por um consórcio formado por fundos de pensão, Banco Opportunity (cujo principal proprietário era Daniel Dantas), Telecom Itália e Citibank num fundo chamado CVC Opportunity. Em 1999, quando Sérgio Rosa assumiu o cargo de diretor de participações na Previ—maior do Brasil em volume de ativos—, uma auditoria nos vínculos desse fundo do Banco do Brasil com seus sócios no processo de privatização começou a ser realizada. Junto com a Petros (fundo de previdência dos funcionários da Petrobrás), Funcef (de funcionários da Caixa Econômica Federal) e Sistel, iniciava-se uma guerra entre um grande investidor privado e os fundos de pensão.

Pouco conhecido na imprensa, mesmo depois da explosão dos conflitos nos quais se tornou um dos principais pivôs, Sérgio Rosa foi militante da OSI (Organização Socialista Internacionalista) em sua juventude. Funcionário do Banco do Brasil, atuou no sindicato dos Bancários de São Paulo já como membro do Partido dos Trabalhadores, virou presidente da Confederação Nacional dos Bancários e durante todo o governo Lula foi presidente da Previ. Saltava aos olhos de Sérgio Rosa, e dos sindicalistas do PT ligado aos fundos de pensão, que estes não possuíam direitos de compra, de prêmio de controle e outras garantias, mesmo a Previ participando com 2 bilhões de reais no fundo capitaneado pelo Opportunity. Reclamações judiciais passaram a ser feitas, pedindo revisão dos acordos e apontando irregularidades nos contratos firmados entre Previ e os demais sócios no momento da criação da Brasil Telecom (empresa formada com a privatização).

Com a eleição de Lula, Sérgio Rosa passou a ter um apoio direto no governo para a sua luta pelo maior controle das empresas acionariamente adquiridas pelo fundo de pensão, principalmente através das figuras do partido que tinham um vínculo estreito com o mundo da previdência complementar.

Ricardo Berzoini, companheiro no Banco do Brasil e também no Sindicato dos Bancários, assumiu o Ministério da Previdência (depois se tornaria presidente nacional do PT) e seria uma das peças-chave da previdência complementar no governo. Responsável, entre outros, pela implementação da reforma da previdência no governo Lula (2003), o seu ministério acabou

limitando os direitos à previdência pública, criando as condições para alavancar a previdência privada.

José Pimentel, companheiro no Banco do Brasil, foi diretor do Sindicato dos Bancários de Fortaleza no final da década de 1980, secretário-geral da CUT entre 1991-1994, sucessivamente eleito como deputado federal (quatro mandatos desde 1995), tornando-se ministro da Previdência, em 2008, e senador pelo Ceará, em 2010. Um dos principais parlamentares responsáveis pelo *lobby* dos fundos de pensão, Pimentel atuou na comissão especial criada para regulamentar as previdências complementares (de onde surgem as leis de 2001) e foi relator da própria reforma da previdência de 2003.<sup>8</sup>

Além destes, a figura mais significativa de todas foi Luiz Gushiken, ex-trotskista (também da OSI), ex-funcionário do Banespa, companheiro no Sindicato dos Bancários de São Paulo, presidente nacional do PT entre 1988 e 1990, tornou-se o principal mentor intelectual por trás dos fundos de pensão. Responsável pela legislação que foi implementada pelos governos de FHC e Lula, acabou assumindo um papel central como defensor dos fundos no conflito contra o Banco Opportunity pela Brasil Telecom, pois foi conduzido como ministro à pasta de Comunicações do primeiro governo Lula. O pioneirismo de Gushiken é tal que, como deputado federal, especializou-se em previdência complementar, sendo um dos criadores de uma cartilha do governo explicando aos funcionários públicos o funcionamento dos fundos de pensão (ainda na presidência de FHC). Em 1999 criou uma empresa de consultoria para assessorar fundos de pensão, a Gushiken & Associados. Ao se tornar ministro, saiu do negócio, que passou a se chamar Globalprev Consultores Associados, momento que corresponde exatamente ao da ascensão financeira da empresa: em 2002 havia faturado 151 mil reais, segundo declaração oficial, mas no ano seguinte a empresa teria ganhos de 1,05 milhão.<sup>9</sup> O crescimento fortíssimo não foi visto em empresas do mesmo setor de consultoria. Tudo explicado pelo rol de clientes conquistados: Petros, Postalís (fundo de pensão dos Correios), Portus (do sistemaportuário), Cifrão (Casa da Moeda) e Capaf (dos empregados do Banco da Amazônia) entre outros. Em 2003, a Globalprev organizou, junto com a Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (ANAPAR), um curso sobre previdência universal e previdência complementar, voltado a líderes sindicais e dirigentes dos fundos. O curso teve apoio da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO), a maior central sindical dos EUA (que por sua estrutura internacional, reúne também sindicatos canadenses).<sup>10</sup> A AFL-CIO é uma das primeiras centrais sindicais do mundo a construir um discurso sobre o “ativismo acionário”, via fundos de pensão e direito dos acionistas, para que

---

<sup>8</sup> Aregulamentação recente, em particular a lei 108 de 2001, democratizava o controle dos fundos, permitindo que os afiliados pudessem ter acesso à administração dos fundos, elegendo um terço dos cargos dos conselhos deliberativos e fiscais dessas instituições (o grande salto sindical diante do controle da previdência complementar).

<sup>9</sup> Globalprev cresceu 600% 1º ano do governo Lula, *Terra*, 06 de jul. 2005. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI580725-EI1194,00-Globalprev+cresceu+ano+do+governo+Lula.html>. Acesso em nov. 2013.

<sup>10</sup> *Boletim Eletrônico Anapar*, ano III, no. 105, 20 de dez. 2003. Disponível em: <http://www.anapar.com.br/boletins.php?id=149>. Acesso em nov. 2013.

as empresas adotem comportamentos “socialmente responsáveis”, visando à moralização do capitalismo.<sup>11</sup>

Poderíamos acrescentar nessa lista Gema de Jesus Ribeiro Martins, esposa de Sérgio Rosa, advogada trabalhista, a principal assessora do presidente da Petros, Wagner Pinheiro, que se tornou membro, em 2010, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, designada diretamente pelo ministro da Previdência na ocasião (Garibaldi Alves).<sup>12</sup>

Todas essas figuras, de alguma maneira, foram responsáveis pela pressão exercida, nos tribunais, nos conselhos de entidades, nas reuniões de acionistas, na esfera política e na própria imprensa, contra o poder alcançado por Daniel Dantas e seu banco no controle da Brasil Telecom (o fundo integrado pelo Opportunity e as instituições de previdência também eram sócias em outras empresas privatizadas, como a Telemig, Amazônia Celular e Metrô-Rio). Por sua vez, o próprio Banco Opportunity havia alcançado a condição de um dos maiores bancos de investimento do Brasil graças ao percurso das privatizações realizado no Brasil.

Daniel Dantas, oriundo de uma família de antigos latifundiários e empresários do setor têxtil, notabilizou-se como gestor em instituições financeiras, entre elas o Banco Icatu, do qual foi sócio na metade da década de 1980. Adquirindo pós-doutorado no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), participou da reunião em Washington que juntava membros do FMI, Banco Mundial, BID e funcionários do governo americano. Esse encontro, que passou a história como o nascimento do “consenso de Washington”, indicava as linhas gerais de recomendação internacional (principalmente para a América Latina) sobre a privatização das empresas estatais. Dantas passou, logo depois, a atuar diretamente na compra de ações de empresas mistas que futuramente seriam possíveis alvos da privatização, além de ter conseguido alavancar grande riqueza durante o bloqueio das poupanças no governo Collor (consultor do presidente, Dantas havia sido sondado para se tornar ministro da Fazenda e desde então se especula o seu acesso a informações privilegiadas que o fizeram faturar milhões durante a crise de liquidez provocada pelo congelamento de Zélia Cardoso).

Por esse breve histórico das personalidades envolvidas no caso Brasil Telecom, é possível pressupor que as diferenças de trajetória poderiam resumir e identificar as posições no conflito em torno do controle de uma grande empresa. Mas o que salta aos olhos é exatamente o contato estabelecido, na teia de financiamento de uma grande aquisição corporativa, de figuras tão distintas que passam a mobilizar grandes recursos financeiros e atuar no mercado de capitais. O encontro não é casual e revela bem o quanto formas de capital de origem diversas são amalgamadas para conquistar o espólio do processo de desestatização brasileiro. Líderes sindicais— assentados nos recursos financeiros da poupança

---

<sup>11</sup>Sobre isso ver Catherine Sauviat. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: François Chesnais. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 129.

<sup>12</sup>Wagner Pinheiro, ligado ao PT de Campinas, foi presidente da Petros durante boa parte do governo Lula (desde 2003) e em 2010 tornou-se presidente dos Correios por nomeação de Dilma. No passado, foi economista no Banco Santander e, através da empresa, conseguiu se tornar presidente do fundo de pensão de seus funcionários, o Banesprev, um dos mais importantes ligado a uma empresa privada no Brasil (porque incorporou os recursos e os associados do antigo Banespa).

profissional de seus pares— e banqueiros disputam os despojos do estado desenvolvimentista brasileiro, dissecado pela onda neoliberal da década de 1990.

O único ponto de contato na biografia dessas figuras em conflito seria a formação econômica na Fundação Getúlio Vargas: Daniel Dantas cursou o mestrado e o doutorado em economia, Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini se formaram em administração de empresas. Outros alunos ou professores (Guido Mantega, Celso Daniel etc.) poderiam ser ainda listados, oriundos dessa instituição que agora vê o Brasil como um país de classe média.

Classe média tornaram-se, de fato, os operários do ABC paulista, que compõem a base original e imediata do PT. Em levantamento realizado em 2003 junto às grandes montadoras automobilísticas de São Bernardo do Campo (Ford, Mercedes Benz, Scania e Volkswagen), o pesquisador Iram Jacome Rodrigues observou que os trabalhadores dessas indústrias, em sua maioria, possuíam os imóveis em que moravam (90 % moravam em casa própria em bairros dotados de asfalto, luz, água, esgoto etc.), quase 75 % deles estavam há mais de onze anos na mesma empresa, três quartos do universo também recebiam salários médios de R\$ 1.300 (quando o salário-mínimo era de R\$ 240) e metade de todos os trabalhadores possuíam computador pessoal e estavam conectados à internet, antes mesmo da popularização da *web* no Brasil. Por fim, 81 % declaravam apoio ao Partido dos Trabalhadores.<sup>13</sup>

Em artigo posterior, onde explora o perfil dos jovens metalúrgicos, Iram Jácome Rodrigues descobriu que, apesar de possuírem remuneração quase equivalente aos trabalhadores de mais de 30 anos (estes ocupam, com pequena diferença, faixas salariais maiores), os jovens têm qualificação muito maior, são consumidores mais ávidos de automóveis e produtos eletrônicos, mas são atormentados de forma mais nítida pelo temor do desemprego.<sup>14</sup>

O medo não é casual, pois ao mesmo tempo em que os operários da indústria automobilística ascendiam socialmente para compor uma parte inferior da classe média, o número desses trabalhadores se reduzia de modo vertiginoso: em 1988, 17 fábricas de veículos em todo o Brasil (a grande maioria no ABC paulista) empregavam 113 mil operários; já em 2002, 27 fábricas (dispersas por 18 municípios brasileiros) tinham 82 mil postos de trabalho. Embora com uma queda de mais de 25 % no número de empregados, a produção de automóveis quase duplicou no mesmo período – passou de um pouco mais de 1 milhão para 1,8 milhão de unidades.<sup>15</sup>

A origem social dos principais sindicalistas do governo Lula pode ser diversa daquela dos banqueiros que se tornaram seus adversários, logo que os fundos de pensão começaram a reclamar seus direitos de propriedade em empresas adquiridas depois do processo de privatização. Também a base social desses sindicalistas, os operários do ABC paulista, é completamente diversa do universo corporativo dos grandes proprietários, investidores e *managers*. Contudo, todos esses grupos possuem em comum a vinculação, em maior ou

---

<sup>13</sup> Armando Boito Junior. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, v. 17, 2003, p. 6.

<sup>14</sup> Iram Jácome Rodrigues e Heloisa Helena T. de Souza Martins. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos. In: *Tempo Social* - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005, p. 221-252.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 222-223.

menor grau, com o mercado financeiro e tudo que lhe envolve. Isso os diferencia substancialmente do restante da sociedade brasileira, completamente alheia a aplicações financeiras, investimentos, propriedade de ações etc. Ainda que as dimensões sejam absolutamente diversas quando comparadas aos grandes investidores e banqueiros, o sindicalismo financeiro é fruto de uma situação nova na história brasileira, em que trabalhadores se tornaram pequenos investidores em fundos de renda fixa, pequenos proprietários individuais de lotes de ação, clientes de instituições de crédito consignado, associados em fundos para poder conseguir dedução no imposto de renda ou com histórico de ganhos salariais extras (a famigerada “participação nos lucros”).<sup>16</sup>

É significativo que todo o complicado litígio em torno da Brasil Telecom, relatado acima, tenha sido encarado como a “maior disputa societária da história do capitalismo brasileiro”, nas palavras de Luiz Gushiken. Companhias que possuíam valor de mercado na ordem de 5 bilhões de dólares, fundos de pensão de grandes empresas estatais, empresas de telefonia estrangeiras, um dos maiores bancos do mundo e o banco de investimentos de Dantas estiveram envolvidos em tantas disputas nos planos políticos e econômicos que o resultado foi uma escalada de episódios de grande repercussão. Veio à tona o mensalão, a CPI dos Correios, a operação Satiagraha da Polícia Federal e outras tantas operações envolvendo agências de espionagem estatais (ABIN) e escritórios particulares de investigação (Daniel Dantas teria utilizado de forte esquema de espionagem privada para saber o que ocorria em empresas associadas, em empresas concorrentes, no governo e na própria polícia, que por sua vez o espionava).

Depois de muitos escândalos, alguns reais, outros tantos fabricados e plantados na imprensa, milhares de horas em tribunais e depoimentos para inquéritos públicos (policiais ou parlamentares), o poder de Dantas foi minado pela retirada do Citibank da base de seu apoio. Em 2005, o Citibank, após forte pressão internacional dos fundos de pensão e políticos brasileiros, destituiu o Opportunity da gestão de seus negócios no Brasil.<sup>17</sup> Antonio Pallocci, então ministro da Fazenda, teria intermediado a virada do Citibank contra Daniel Dantas.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Muitas dessas possibilidades que vinculam os trabalhadores ao mercado financeiro, na maioria dos casos de modo absolutamente passivo, são frutos do governo Lula, como a legislação que regula o crédito consignado, que permite a cobrança de juros menores (2003) ou toda reforma da previdência e normas reguladoras de estímulo à previdência privada. A visita de Lula, ainda candidato à presidência, à bolsa de valores de São Paulo, em agosto de 2002, é a expressão do que seria posteriormente estimulado e ao mesmo tempo a síntese ideológica desse processo, pois na ocasião, além de afugentar o medo que ainda existia em relação ao seu programa de governo, Lula defendeu a “popularização do mercado de capitais”. (Petista faz discurso no pregão, *Folha de São Paulo*, 6 ago. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0608200203.htm>. Acesso em nov. 2013).

<sup>17</sup> Citibank tira Opportunity da gestão do fundo, *O Estado de São Paulo*, 10 mar. 2005. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2005/not20050310p6678.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>18</sup> Embora com uma trajetória alheia aos fundos de pensão, e, a princípio, somente com um passado trotskista e sindicalista que o ligaria às demais figuras até aqui descritas, Pallocci adotou medidas, como ministro, que ampliaram a capacidade econômica dos fundos, entre elas a extinção de uma tributação ao fundo de previdência complementar (Regime Especial de Tributação) que passou a significar uma economia anual de mais de 250 milhões de reais aos fundos (Pallocci confirma mudanças na tributação de fundos de pensão, *O Estado de São Paulo*, 20 ago. 2004. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20040820p22104.htm>. Acesso em nov. 2013).

O efeito de toda essa avalanche de escândalos e rede de conflitos é de difícil interpretação. A versão oficial ainda guarda um lugar importante para os fundos de pensão no fornecimento de recursos para o pagamento de deputados que votariam de acordo com o governo (e também em favor dos próprios fundos), assim como no financiamento de campanhas de sindicalistas e aliados, ou mesmo no salvamento de empresas com dificuldades financeiras que teriam ligações íntimas com o governo PT.<sup>19</sup> Resta saber em que medida o próprio fôlego político dos fundos de pensão não foi reduzido em função dessas disputas, que deixaram uma marca profunda no PT e que o dividiram ao permitir que figuras importantes de sua história (alguns de seus maiores líderes) fossem tragados pelos escândalos junto à “opinião pública” e condenados pela justiça.<sup>20</sup>

De qualquer modo, os fundos de pensão tornaram-se um dos mais importantes agentes em atuação na economia brasileira, mantendo o controle acionário ou participando minoritariamente como acionista em centenas de grandes empresas brasileiras. Segundo alguns levantamentos, em 1996, os principais fundos de pensão do Brasil— Previ, Petros e Funcef— eram sócios (investidores em carteiras), junto com o BNDES, de 72 empresas. Em 2003 já participavam de 95 empresas, o que saltou para 119 em 2009.<sup>21</sup> Eles se transformaram, graças à poupança acumulada dos trabalhadores cotistas, nos maiores investidores institucionais do Brasil.<sup>22</sup> Nos últimos anos esse número se ampliou de modo ainda mais vertiginoso, pois apenas Previ já registra mais de uma centena de participações acionárias, tem assento no conselho de gestão de 15 empresas e participa das comissões fiscais de mais 7. No total, a Caixa de Previdência do Banco do Brasil investe atualmente em 115 empresas, como a Magazine Luiza, Fibria, Usiminas, Tupy, Oi, Weg, Celesc, Vale do Rio

---

<sup>19</sup> Este teria sido o caso do Banco de Santos, onde os fundos teriam injetado milhões para o salvar de dificuldades através da intermediação de Delúbio Soares (Edemar cita Delúbio e fundos de pensão em agenda, *Folha de São Paulo*, 16 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1608200517.htm>. Acesso em nov. 2013). Edemar Cid Ferreira, criador e principal gestor do Banco de Santos, foi um dos primeiros banqueiros do país a aderir abertamente ao petismo, apoiando a campanha de Lula para presidente.

<sup>20</sup> Uma interpretação assim aparece na longa reportagem da Revista Piauí sobre o tema do poder dos fundos de pensão (Sérgio Rosa e o mundo dos fundos, *Revista Piauí*, no, 36, ago. 2009). Essa versão poderia lançar luz sobre o papel duplo desempenhado por figuras como Roberto Mangabeira Unger e Luiz Eduardo Greenhalg. O primeiro, inicialmente um inimigo do governo, advogado da Brasil Telecom defendendo interesses de Daniel Dantas, tornou-se depois ministro de Lula com tal poder que acabou por deslocar a própria ministra do Meio Ambiente (Marina Silva). O segundo, figura histórica do PT, vice de Erundina na Prefeitura de São Paulo, passou, no meio do processo de disputa, a advogar pelo Opportunity e conseguiu, mesmo com a perda de controle da Brasil Telecom, reduzir prejuízos do grupo de Dantas (1 bilhão de reais foram transferidos dos fundos para Dantas). O papel de Dilma, independente dos fundos, também poderia ser explicado, principalmente no resultado final de retirar a Brasil Telecom do poder destes e entregá-la a um empresário amigo de Lula, Sergio Andrade, um dos proprietários da construtora Andrade Gutierrez.

<sup>21</sup> Governo já é sócio de 119 empresas, *O Estado de São Paulo*, 02 dez. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-ja-e-socio-de-119-empresas,648252,0.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>22</sup> Fundos de pensão têm desafio de mudar cultura do brasileiro de não poupar, *Folha de São Paulo*, 17 nov. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/831923-fundos-de-pensao-tem-desafio-de-mudar-cultura-do-brasileiro-de-nao-poupar.shtml>. Acesso em nov. 2013.

Doce, entre outras.<sup>23</sup> Atualmente, os investimentos em carteira de todos os fundos correspondem a 11 % do mercado de ações no Brasil.<sup>24</sup>

Desde a chegada de Lula ao poder e, principalmente no segundo governo do PT, tornaram-se fiadores de muitas fusões de grandes empresas brasileiras, como por exemplo, a Brasil Foods (união de Sadia e Perdigão). Na ocasião, a Previ passou a ser uma das maiores proprietárias da nova megacorporação (a maior processadora de carnes do mundo), pois possuía fatias importantes das duas empresas fundidas.<sup>25</sup> A Petros conseguiu adquirir uma parcela de 11% do capital com direito a voto e 4 % do capital total da *holding* Itaúsa, que é a empresa controladora de Itaú e Unibanco—a maior instituição bancária do Brasil e uma das maiores do mundo.<sup>26</sup> Em outubro de 2013, a Previ registrava também uma participação de 7,2 bilhões de reais na Ambev, maior cervejaria do mundo, resultado da fusão de diversas marcas brasileiras e internacionais em mais de dez anos de operações de aquisições.<sup>27</sup>

Como uma das fontes principais da poupança nacional, as previdências complementares de grandes empresas públicas ou privadas tornaram-se peça chave no financiamento da produção de infraestrutura no país, algo que já havia sido pensado desde os seus primórdios, refletido de modo muito claro pela *intelligentsia* do PT e cujo papel se ampliou com as obras do PAC.<sup>28</sup> Essas instituições têm atuado na ampliação da malha rodoviária de todo o país, em

<sup>23</sup> Previ prepara ranking de governança corporativa, *O Estado de São Paulo*, 15 out. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,previ-prepara-ranking-de-governanca-corporativa,167471,0.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>24</sup> Um passo decisivo dos fundos de pensão, *Valor Econômico*, 27 maio 2003.

<sup>25</sup> Perdigão + Sadia = BR Foods, *Revista Previ*, jun. 2009. Disponível em: [http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista\\_200906\\_141/fusao.htm](http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista_200906_141/fusao.htm) Acesso em nov. 2013.

<sup>26</sup> Fundo de pensão da Petrobrás vira sócio da controladora do Itaú, *Folha de São Paulo*, 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/836545-fundo-de-pensao-da-petrobras-vira-socio-da-controladora-do-itaui.shtml>. Acesso em nov. 2013.

<sup>27</sup> Previ prepara ranking de governança corporativa, *Agência Estado*, 15 out. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,previ-prepara-ranking-de-governanca-corporativa,167471,0.htm>. Acesso em nov. 2010. A fusão que deu origem à Ambev ocorreu ainda no governo de Fernando Henrique (1999), mas em 2004, a Ambev se juntou com a empresa belga Interbrew, criando assim a Inbev (a Ambev, no fim das contas, seria apenas uma subsidiária de empresa multinacional). Durante esse processo de fusão belgo-brasileira, um grande número de acionistas da Ambev teria perdido dinheiro diante da falta de informações repassadas pelos gestores da empresa. A Previ teria perdido na ocasião quase um bilhão de reais em desvalorização de seus investimentos. Isso levou a mais um conflito societário, que mobilizou o fundo de pensão, sócios minoritários, empresas concorrentes, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e até a *Securities Exchange Commission* (SEC), órgão regulador norte-americano do mercado financeiro, já que acionistas da empresa no mercado de Nova York teriam perdido com o negócio (A guerra das ações da AMBEV, *Istoé Dinheiro*, 24 mar. 2004. Disponível em: [http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/7586\\_A+GUERRA+DAS+ACOES+DA+AMBEV](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/7586_A+GUERRA+DAS+ACOES+DA+AMBEV). Acesso em nov. 2013). O atual homem mais rico do Brasil, Jorge Paulo Lemann, e seus sócios na Ambev pagaram multas milionárias na CVM, em 2009, para encerrar os processos (Trio da AmBev paga R\$18,6 mi à CVM para pôr fim a processos, *O Estado de São Paulo*, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,trio-da-ambev-paga-r186-mi-a-cvm-para-por-fim-a-processos,486761,0.htm>. Acesso em nov. 2013).

<sup>28</sup> Em 2006, José Dirceu escrevia abertamente sobre o papel dos fundos no projeto do governo: “Os fundos têm tradição de investir na infra-estrutura. Têm participação acionária nas principais empresas de infra-estrutura e na indústria de base do Brasil, como mineração, siderurgia, energia, petróleo e gás, e telecomunicações. Em 2004, os três principais fundos de pensão organizaram os Fundos de Investimento e Participação (FIPs) e, hoje, estão prontos para investir na infra-estrutura do país. Com os juros continuando em queda, podem redirecionar entre R\$ 50 bilhões e R\$ 80

associações com grandes empreiteiras, num esquema em que depois das obras serão responsáveis pela concessão posterior: os consórcios responsáveis pela construção administrarão o pedágio a ser cobrado. No Rio de Janeiro, isso está ocorrendo com a abertura da Transolímpica para os grandes eventos esportivos, onde foi criado um consórcio que reúne, entre outros, Petros, Previ, Funcef e a construtora OAS. Muitas obras de produção de energia por todo o Brasil têm a participação dos fundos, destaque para a polêmica usina de Belo Monte (Pará), onde um terço do ambicioso projeto de duas dezenas de bilhões de reais está sendo bancado pelos três fundos mais importantes (dos funcionários da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica).<sup>29</sup> Também na privatizaçãorecente dos aeroportos, a participação deles foi fundamental.<sup>30</sup> Por fim, a produção da paisagem urbana das grandes cidades brasileiras é inseparável da mediação realizada pela previdência complementar: grandes torres empresariais são erguidas no Rio de Janeiro com o patrocínio das principais instituições das empresas estatais, assim como a área de expansão do centro urbano paulistano nas duas últimas décadas, Marginal Pinheiros e Av. Faria Lima, é financiada pelos grandes fundos.<sup>31</sup> Os fundos de pensão estão se tornando tão importantes, que até as igrejas evangélicas já calcularam que a multiplicação de sua crescente influência social poderá ser amplificada com a criação de um fundo próprio entre seus crentes.<sup>32</sup>

Contidos ou não em seu fôlego político, graças ao poder econômico que possuem, os institutos de pensão tornaram-se também um dos meios através dos quais o governo concerta sua política econômica: através da pressão que exerce sobre os sindicatos, por meio da nomeação de dirigentes dos fundos e dos vínculos partidários, o executivo federal e seus principais ministérios orientam as ações de grandes empresas privatizadas segundo seu planejamento. O caso mais significativo, amplamente noticiado, foi a pressão exercida, nos bastidores, para que o comando da Companhia Vale do Rio Doce fosse trocado, dado que a cúpula do executivo não estava contente com a política da empresa de exportar minério sem processamento.<sup>33</sup> Assim,

---

bilhõesparainvestimentosprodutivosnospróximossanos. Para isso, o governo tem que fazer a sua parte: definir prioridades, consolidar o marco regulatório, decidir para onde irá o investimento público e o que será feito pela iniciativa privada, via concessões e parcerias público-privadas (O papel dos fundos de pensão. *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 2006).

<sup>29</sup>Fundos garantem obra de Belo Monte, *Folha de São Paulo*, 09 jul. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0907201002.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>30</sup> O aeroporto de Guarulhos é administrado por um consórcio formado pelos principais fundos de pensão. Na última rodada de privatização de aeroportos, o governo estabeleceu restrições para impedir que os atuais concessionários assumissem novos aeroportos, numa decisão que foi justificada como restrição de monopólios (Odebrecht leva Galeão por R\$ 19 bilhões, com ágio de 294%; Confins sai por R\$ 1,82 bilhão, *O Globo*, 22 nov. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/odebrecht-leva-galeao-por-19-bilhoes-com-agio-de-294-confins-sai-por-182-bilhao-10853279>. Acesso em nov. 2013).

<sup>31</sup>Sobre o importante papel desempenhado no setor imobiliário nacional e na expansão urbana, assim como a importância desses investimentos para os fundos de pensão – incluindo aí os conflitos em torno dos consórcios firmados —, ver Mariana Fix. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 145-156.

<sup>32</sup>Evangélicos terão fundo de pensão bilionário com dinheiro de 170 mil fiéis, *Ig Economia*, 09 out. 2013. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/financas/aposentadoria/2013-10-09/evangelicos-terao-fundo-de-pensao-bilionario-com-dinheiro-de-170-mil-fieis.html>. Acesso em nov. 2013.

<sup>33</sup> Lula pressiona por troca de diretores da Vale, *Folha de São Paulo*, 09 dez. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0910200902.htm>. Acesso em nov. 2013. Sobre isso, ver também a reportagem Capitalismo à brasileira, *CartaCapital*, 28 out. 2009.

uma antiga empresa estatal, agora privada apesar de controlada por fundos de pensão e com importante participação do BNDES (através da BNDESPar, uma subsidiária do banco voltada a investimentos em carteira), foi pressionada a se alinhar com o governo em sua política econômica. Com isso, numa era onde toda prova de competência passa pelo mercado – principalmente pelo mercado financeiro –, o governo poderia novamente ter o controle do “desenvolvimento nacional”, mesmo com seu antigo patrimônio estatal não existindo mais, através da intermediação acionária dos fundos de pensão.<sup>34</sup>

Essa capacidade que o governo adquiriu de atuar indiretamente, mas ativamente, no controle, planejamento ou de influir de algum modo em grandes empresas privadas, por meio das ferramentas financeiras que possui com o BNDES e fundos de pensão, revela bem o quanto a ascensão econômica sindical é parte de uma “democratização” da gestão dos recursos financeiros, principalmente através dos fundos públicos.

O sindicalismo que sustenta a CUT, o PT e que compõe a base dos governos Lula-Dilma já tem uma história de anos de envolvimento com o mercado financeiro e com o mercado de capitais. O vínculo não se limita à poupança operária reunida nos fundos de pensão, pois um dos mais importantes mecanismos de financiamento de investimentos de longo prazo no Brasil é o FAT.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador foi criado pelo Constituição de 1988 e destinava recursos do Fundo PIS-PASEP para o seguro-desemprego e para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Neste último caso, um volume correspondente a 40 % dos recursos. Como o dinheiro arrecadado é proveniente de uma taxa sobre as empresas que originalmente deveria ser utilizada na manutenção das condições dos trabalhadores, principalmente os desempregados (seguro-desemprego, requalificação etc.), foi formado um conselho deliberativo para gerir o uso dos recursos. Delegados do governo, das empresas e representantes dos trabalhadores (através das centrais sindicais) compõem o Conselho Deliberativo de Fundo do Amparo ao Trabalhador. Através do controle parcial da alocação dos recursos do FAT, as centrais sindicais e os sindicatos formaram líderes especializados na gestão de recursos financeiros, à frente dos quais se destaca Delúbio Soares, que acabou sendo responsabilizado como o principal operador do esquema do mensalão dentro do PT. Delúbio foi coordenador das campanhas eleitorais de Lula em 1989 e 1998, tesoureiro da CUT e delegado sindical junto ao conselho do FAT, o que explica a sua capacidade de gerir e distribuir recursos financeiros.

A experiência de participação de líderes sindicais na formulação de projetos político-econômicos não se resume a isso. Além do trato cada vez mais íntimo com recursos financeiros, muitos dirigentes sindicais deixavam de fazer reivindicações sindicais ao Estado,

---

<sup>34</sup> Um jornalista comentou essa nova face leviatânica do governo Lula, com certo tom de exagero estatista: “com a Vale nas mãos, o governo deteria o controle de uma vastacadeiaprodutiva, que vai do petróleo e gás (Petrobras), energiaelétrica e nuclear (Furnas, Eletrobrás e Eletronuclear) e crédito (BB, Caixa e BNDES). Com a mineradora, o governo teria açomaisbaratoparaalimentar os projetos do pré-sal e amplocontrolesobre a malhaferroviáriabrasileira, com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), queliga o Nordeste e Minas ao EspíritoSanto, e a Ferrovia Vitória-a-Minas. A Vale detém aindaferrovias no Norte do país e participação na MRS, queligaMinas a portos do Rio e de São Paulo” (Paulo Paiva. Governofederal tem R\$ 241,7 bi de fundos de pensãoparadespejar na economia, *Estado de Minas*, 9 de novembro de 2009).

pois estavam compondo conselhos que os tornavam partes integrantes da prescrição de políticas públicas: conselhos de gestão pública de direitos, grupos de trabalho sindicais em diversos setores profissionais e as malfadadas câmaras setoriais— para muitos analistas de esquerda, a própria forma institucional do acordo de classe.<sup>35</sup>

Durante o primeiro mandato de Lula, existiam trinta mil conselhos setoriais em funcionamento no Brasil, a maioria ocupados por representantes sindicais. No governo, sindicalistas também ocupavam cargos de segundo e terceiro escalões, funções de confiança e direção de empresas estatais. Por fim, alguns ministérios foram delegados aos mais experientes entre os líderes do PT, alguns deles com uma trajetória inseparável das previdências complementares.

O dado mais relevante é a participação, entre os que ocupam cargos de confiança na alta administração federal, em organizações sociais: 45 % tem afiliação sindical e uma porcentagem similar atua em movimentos sociais, enquanto cerca de 30 % participa em conselhos profissionais, o que permite concluir que um setor majoritário dos cargos de confiança são profissionais organizados. Essa porcentagem chama a atenção porque é várias vezes superior à média de afiliação sindical dos brasileiros, que é de 18 %. A metade nesses cargos são funcionários públicos de carreira, sobretudo professores e bancários. Entre os sindicalizados, a maioria (39%) está filiado a algum partido político, sendo o PT (com 82,5 %) o partido que mais adesões tem nesse setor. Se são extrapolados os dados desse levantamento, nos 1.200 cargos de maior confiança no governo federal, quase a metade (uns 600) provém do mundo sindical.<sup>36</sup>

Interpretações não faltam para dar conta dessa situação em que líderes dos movimentos de trabalhadores participam da definição de políticas setoriais, com repercussões sobre os grupos profissionais representados, atuam na gestão de recursos provenientes de direitos do trabalho (FAT) e, principalmente, mobilizam as contribuições voluntárias de trabalhadores em operações financeiras. Os líderes da classe operária estariam legitimando e colaborando diretamente com a política econômica do Estado, assim como tomando parte no capitalismo internacional ao encabeçarem instituições que realizam grandes operações no mercado financeiro.

Argumentações que destacam a burocratização sindical, ou seja, o fim em si mesmo que o poder alcançado teria se tornado com a assunção da direção sindical e da gestão dos fundos de pensão,<sup>37</sup> poderiam ser comparadas à explicação subjetivista de que os dirigentes sindicais traíram suas bases.<sup>38</sup> Uma interpretação próxima é que vê no percurso dos burocratas do partido a composição de uma casta burocrática, uma *nomenklatura* ao estilo dos antigos países do socialismo real—classes dominantes sem a caracterização da apropriação privada de meios

<sup>35</sup> Teones Pimenta de França. A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília. In: *Revista Outubro*, no. 8, 2003, p. 79-96. Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/08/out8\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/08/out8_06.pdf). Acesso em nov. 2013.

<sup>36</sup> Raul Zibechi. *Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Eciciones desde abajo, 2012, p. 45. O autor utiliza dados levantados pela pesquisadora Maria Celina D'Araújo, que investiga a elite dirigente no governo Lula.

<sup>37</sup> Rudá Ricci. A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI. In: *IHU Online*, 2 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/16373-a-cut-vai-caminhando-para-ser-a-antiga-cgt-do-seculo-xxi-entrevista-especial-com-ruda-ricci>. Acesso em nov. 2013.

<sup>38</sup> Marcelo Badaró Mattos. "A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. In: *Revista Outubro*, Nº 9, 2003.

de produção.<sup>39</sup> Uma famosa interpretação, de Francisco de Oliveira, remete à formação propriamente de uma classe social nova, ligada ao mercado financeiro, que seria composta basicamente por sindicalistas que se vinculam aos fundos de pensão ou ao conselho do FAT.<sup>40</sup> Na falta de uma apropriação direta desses recursos que poderia designar de modo típico uma classe social— já que os gestores dos fundos de pensão *não são proprietários do capital* reunidos nestes fundos—ou mesmo diante da limitação numérica dos indivíduos que poderiam realmente configurar uma classe, alguns teóricos preferem tratar o novo grupo, envolvido com a alta cúpula do poder político e financeiro, como uma *nova elite no poder*.<sup>41</sup>

Até mesmo a teoria política de Nicos Poulantzas foi recuperada para explicar essa nova configuração do poder político brasileiro: Armando Boito Júnior fez uso do conceito de “classe detentora do aparelho de Estado”, de Poulantzas, para tratar os sindicalistas que chegaram ao poder, monopolizando altos cargos da burocracia estatal “sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social”.<sup>42</sup> Boito argumenta que o problema não é exatamente o da capitulação dessa camada burocrática diante do neoliberalismo e contrário aos interesses da grande massa popular, já que suas alianças políticas a teriam enfraquecido e atado seus membros, iludindo-os com a impressão de que orientam os rumos da sociedade brasileira. Numa leitura que o afastaria da simplificação de apontar uma mera “traição de lideranças”, Armando Boito destaca que o problema mais grave está na “forma da hegemonia burguesa e regressiva do neoliberalismo” que “se alastra por boa parte da sociedade”<sup>43</sup>. Assim, não seria o caso de um domínio exterior da camada dirigente sobre as camadas populares, mas do próprio domínio exterior da ideologia burguesa sobre as massas. Voltamos à teoria da ideologia falsificadora: os trabalhadores não sabem o que querem e seus representantes, agora assumindo cargos sem poder de mudança, são a melhor demonstração disso. Ora, o poder *realmente* conquistado pelos líderes sindicais e a capacidade de interferir em políticas públicas não pode ser negligenciado por qualquer análise social, a não ser que queira fazer uso das velhas interpretações manipulatórias – ainda que não tenham a propriedade direta dos fundos que gerem, os líderes sindicais são hoje parte da elite funcional brasileira e não apenas *executam* como *deliberam* e *planejam* políticas públicas.

No fundo, todas essas teorias tentam de alguma maneira enfatizar um momento de ruptura entre, de um lado, os trabalhadores e as camadas populares, e, de outro, a minoria dirigente, que assume o poder político (tendo ou não se apropriado de alguma maneira do poder econômico, isto é, apropriando-se ou não da riqueza, daí uma diferenciação entre *elite dirigente* propriamente dita e *classe dominante*). Assimilados, cooptados, afastados, separados ou indiferentes aos anseios, necessidades e interesses dos operários, os teóricos creditam ao processo de ascensão sindical um *corte sociológico* que precisa a todo momento ser lembrado para legitimar uma pretensão crítica à sociedade burguesa, amparando-se na *diferenciação substancial* entre os trabalhadores e as camadas dominantes (burguesia ou burocracia). Se a diferença sociológica existe, ela não está na separação entre operários e as suas lideranças, mas entre os operários fabris e a grande parcela de assalariados subremunerados,

<sup>39</sup> João Bernardo; Luciano Pereira. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

<sup>40</sup> Francisco de Oliveira. *Crítica à razão dualista o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>41</sup> Raul Zibechi, *Brasil potencia*, cit., p. 64.

<sup>42</sup> Armando Boito Junior. *A hegemonia neoliberal no governo Lula*, cit. p. 6.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 25.

precarizados, subempregados, trabalhadores por conta própria etc., isto é, a massa desprovida de direitos, sejam eles estatais ou complementados por instituições de previdência privada.

É o “mundo do trabalho” dos operários que compõe uma classe média (ainda que inferior) que precisa ser contraposto àquele mundo dos excluídos da sociedade do trabalho ou dos que ainda se vinculam de modo muito tênue, sob as mais diversas formas frágeis, incertas e problemáticas, ao assalariamento. É o “mundo do trabalho clássico”, da fábrica, do operariado, do sindicato que está hoje separado e apartado do restante da sociedade. A maioria da população brasileira foi expulsa ou sequer conheceu esse universo que sustentou a era fordista, o bem-estar social e os acordos coletivos. A transmutação desse universo — que no Brasil sempre teve uma minoria participante e cujas fronteiras são cada vez mais apertadas depois da crise do desenvolvimentismo e da onda neoliberal — num ambiente de classe média e com vínculos estreitos com ao mundo das finanças é o que deve ser destacado. Deste modo, não é a divergência ontológica existente entre os trabalhadores em geral e as elites políticas que deve ser a explicação para os novos rumos assumidos pelo Estado e pelo mercado no Brasil, é antes a exclusividade e a seletividade do acesso ao mercado — através de mecanismos financeiros e políticos — que deve ser a explicação para as mudanças na sociedade brasileira.<sup>44</sup>

### **As contradições formais dos fundos de previdência**

Um fundo de pensão nada mais é do que uma reunião de pequenos depósitos realizados por alguns dos trabalhadores de determinada empresa ou instituição pública, associados a um plano de previdência complementar. Diretamente debitada hoje dos salários, a contribuição mensal será investida ou aplicada de modo a render lucros ou juros, ampliando o montante para garantir a aposentadoria futura de seus beneficiários — ou pelo menos complementar a aposentadoria pública.<sup>45</sup> A princípio, não há complexidade maior no vínculo entre os contribuintes individuais e o fundo de pensão enquanto instituição, síntese de todos eles: ambos, o associado individual e a instituição, têm por interesse que a poupança conjunta seja ampliada ao máximo para que os depósitos possam corresponder a uma pensão significativa, muito maior que o volume depositado mensalmente. Não há dúvida quanto à natureza dessa operação como um todo: o objetivo é que o dinheiro renda frutos, seja multiplicado, não importando a natureza dos investimentos ou aplicações realizadas. O dinheiro que provém como uma dedução do salário se transforma, através da poupança reunida, em capital: o fundo de pensão é uma instituição do mercado de capitais, pois o volume de recursos que mobiliza se torna fonte de financiamento para diversas atividades econômicas.

De modo imediato, o caminho tomado pelo dinheiro é o de render juros, pois o fundo de pensão não é uma instituição que possa se envolver diretamente com a produção de

---

<sup>44</sup> A recente criação do fundo de pensão dos funcionários públicos, que deve se tornar, em poucos anos, o maior fundo da América Latina, segue bem esse espírito de seletividade no acesso ao mercado financeiro: a limitação à aposentadoria pública para forçar os trabalhadores ao vínculo com a previdência complementar ocorre dentro do universo ainda estável do funcionalismo público, em oposição à maioria precária dos trabalhadores brasileiros.

<sup>45</sup> Ao reformar a previdência pública e instaurar uma série de limitações para que o trabalhador não consiga receber como pensão o equivalente integral ao salário, o governo força os trabalhadores a complementarem sua aposentadoria com os planos privados (abertos ou fechados).

mercadorias de qualquer natureza. A forma imediata da poupança mobilizada pelos fundos de pensão é a do capital a juros, portanto, uma das muitas representações institucionais do chamado *capital financeiro*. Ainda que realize investimentos em carteiras, adquirindo ações de empresas produtivas, o fundo de pensão continua sendo prioritariamente uma instituição rentista, pois seu ganho é uma dedução dos lucros das empresas – renda, portanto. Mesmo que indiretamente esteja contribuindo com a esfera produtiva, com a *valorização do capital*, a natureza mesma dos fundos de previdência é a obtenção de renda dos investimentos, aplicações e empréstimos realizados. Mas, como a forma mais acabada do mercado de ações é o ganho que se tem com a negociação dos próprios lotes de ações, em momento de alta ou baixa, a forma sistemática de operação dos fundos de pensão é a *capitalização*, isto é, a multiplicação do capital sob forma fictícia. A maior parte dos recursos dos fundos de pensão no Brasil – e isso se repete em outros países do mundo – é mobilizada para a aquisição de títulos de dívida pública, portanto, sua principal contribuição é, no fim, estimular a *ficcionalização da riqueza social*. De modo muito evidente, a maior parte da renda obtida por essas instituições é resultante do capital fictício e não dedução do capital produtivo.

Contribuindo ou não com a produção efetiva de riquezas, tendo finalidade produtiva ou improdutiva, os recursos mobilizados pelos fundos têm que ser multiplicados para que os trabalhadores, no futuro, possam obter uma pensão razoável, muito maior do que as deduções mensais. Assim como ocorre com a previdência pública, o aumento global da expectativa de vida exige maiores ganhos ainda na operação dos fundos, pois quanto mais tempo de vida o trabalhador tiver na condição de pensionista, maior será a necessidade que seus depósitos mensais sejam ampliados. O resultado dessa reflexão é, obviamente, que a multiplicação dos recursos é o objetivo primário dos associados e a própria finalidade do fundo de pensão enquanto instituição.

Ora, como somente o dinheiro reunido em grandes parcelas torna-se capital, é evidente que a condição individualizada do trabalhador não pode lhe permitir acesso direto à multiplicação dos seus recursos. Individualmente, o depósito do trabalhador não é nada, não passa de uma parcela de seu salário que não pode ser transformada em capital. Apenas como parte de um grande montante pode o dinheiro “parir filhotes vivos ou ao menos pôr ovos de ouro” (Marx). Portanto, para conseguir que um pequeno pedaço de seu salário se multiplique, o trabalhador tem que se alienar dele, perdê-lo de vista numa teia de mediações que – confia – deverão trazê-lo futuramente engordado. O forno dessa instituição que faz a mágica de transformação do salário em capital é, como tudo que se refere ao indivíduo na sociedade burguesa, uma máquina de alienação – o trabalhador não tem controle direto do seu depósito. Em grande medida, na verdade, sequer tem consciência dos vínculos estabelecidos. Para muitos trabalhadores de grandes empresas estatais seria até mesmo surpreendente se fossem informados, ao passar pela praça de pedágio de algumas vias expressas do Rio de Janeiro ou de São Paulo que, ao pé da letra, são proprietários de pequenas parcelas dessas avenidas ou, acotovelados em um vagão do metrô do Rio, são os donos indiretos desse meio de transporte.

Mais ainda: dada a própria condição social a que estão submetidos, os trabalhadores não podem gerir diretamente os fundos de pensão, pois precisam trabalhar para que tenham, com parcelas de seus salários, a possibilidade de se associar a uma destas instituições. A gestão coletiva dos fundos de pensão seria um absurdo por natureza, pois cada trabalhador,

responsável por sua parcela, não conseguiria transformá-la em capital, milagre que se faz apenas em grandes grupos. Portanto, é da natureza dos fundos, que um *representante* seja escolhido (por eleição, nomeação da empresa ou do governo) para fazer a sua gestão.

Nesse momento seria importante lembrar o que significa precisamente o processo de burocratização, levantado por alguns intérpretes do poder adquirido por esses fundos. No sentido original e clássico, a burocratização é o risco presente desde a raiz da cisão entre o representante e o representado: os representantes podem, devido à demarcação em relação à sua base, devido à alienação ou ignorância daqueles que representa, simplesmente ignorar as demandas destes. As próprias estruturas institucionais podem fazer com que a posição de representante seja perpetuada e transformada num fim em si, dada a distância social previamente estabelecida. Assim, o gestor de um fundo de pensão pode ser um trabalhador que, ao atravessar a soleira que demarca a posição de mero contribuinte da posição de administrador do fundo, passa a atuar de maneira antitética em relação aos desejos e interesses dos associados em geral. Dado o ambiente com o qual interage, principalmente o mercado de capitais, as pressões objetivas podem ser tais que o levam a seguir caminhos contrários a sua própria condição original de trabalhador, interessado na segurança monetária futura. A natureza mesma da oposição entre o gestor e seus representados pode criar contradições que tornam o fundo de pensão socialmente catastrófico.

Um contribuinte ou co-proprietário de um fundo de pensão ingressa nessa modalidade de previdência complementar para acumular uma pequena riqueza e garantir a sua estabilidade econômica e melhorar sua renda futura. Dado que ele não detém meios de produção, sua única maneira de conseguir acumular é unindo-se aos demais numa rede de contribuições que se tornarão capital – com a crise estrutural de um capitalismo superavanzado, onde a liquidez se tornou vital, qualquer porção de dinheiro poupado pode ser utilizada no mercado de capitais através de uma série de instituições financeiras (bancos comerciais, seguradoras, fundos de previdência complementar etc.). Mas a própria poupança só pode ser reunida na forma de um grande fundo quando individualmente os trabalhadores têm salários que estão acima de suas necessidades básicas. A massa de informais, precarizados, trabalhadores subremunerados etc., estão excluídos, em sua maioria, desse tipo de operação, pois vivem quase sempre no limite ou acima de suas capacidades monetárias. Isso explica porque, em grande medida, os associados dos fundos de pensão são funcionários públicos ou empregados e operários que restam das grandes corporações — não há fundo de pensão em pequenas e médias empresas. Assim, a base de sustentação dos regimes de previdência complementar são trabalhadores com perfil de classe média, já acostumados de alguma maneira com operações subsidiárias do mercado financeiro. Como dito, o co-proprietário de um fundo de pensão tem por meta fazer render seus depósitos para garantir a *estabilidade* econômica no *futuro*. A maioria da sociedade, vivendo constantemente em risco, excluída do cada vez mais *instável* mundo do trabalho, só pode viver para garantir o *presente*.

Partindo desse pressuposto, o ponto de vista dos contribuintes do fundo é o de garantir um investimento que seja um meio termo entre a segurança e a rentabilidade. Seu ponto de partida é que o dinheiro torne-se, *idealmente*, capital, ainda que não tenha a mínima consciência disso ou de como isso é realizado.

O ponto de vista do gestor do fundo de pensão é outro. Assentado sobre a grande soma do dinheiro reunido dos pequenos poupadores, sua meta é fazer com que haja o máximo possível de dividendos para agradar aqueles que o elegeram (com a democratização dos planos de previdência complementar nas últimas reformas da legislação, isso é cada vez mais comum).<sup>46</sup> Mais ainda: como essa instituição é empreendimento no mercado de capitais (embora oficialmente não seja uma “empresa”), sua função primária é potencializar ao máximo o dinheiro acumulado, que não pode ficar parado, pois precisa lançar-se constantemente no processo de circulação global das mercadorias e do dinheiro – precisa tornar-se *efetivamente* capital.

Para se transformar em capital, o grande volume de dinheiro resultante de uma série de pequenas frações salariais deve lutar encarniçadamente por espaços de investimento, garantias, lucros, juros altos e, no fim das contas, retornar de modo ampliado. Para isso, como o mercado é a esfera da “guerra de todos contra todos” por excelência, o fundo precisa operar segundo a lógica da rentabilidade. Isto é, no movimento global de circulação, através da concorrência, não basta se ampliar, mas se ampliar acima da rentabilidade média, para que possa garantir uma capitalização maior do que a de seus adversários. Mesmo que os regimes de previdência da maioria dos fundos de pensão sejam fechados, destinados exclusivamente aos funcionários de uma determinada empresa, portanto não operando numa lógica de concorrência para aumentar seus associados, todos estão de alguma maneira concorrendo como agentes do mercado de capitais. Os fundos precisam apresentar respeitabilidade, dinamismo, solidez e rentabilidade para garantir os dividendos de seus depositantes, mas também para conseguir a manutenção e ampliação futura de investimentos, empréstimos, contratos em fundos mútuos, consórcios etc.<sup>47</sup>

O gestor do fundo de pensão, operador da poupança de seus semelhantes, torna-se o comprador plenipotenciário de meios de produção, pois na ânsia da ampliação máxima de seus recursos, toma o controle acionário de outras empresas. Ainda que seja o acionista majoritário, com direito a indicar os gestores da empresa adquirida, esse controle é indireto, por razões da própria administração corporativa: assim como aconteceu consigo, o gestor da instituição previdenciária precisa nomear o executivo que será responsável por administrar as empresas pertencentes ao seu fundo, tornando-se este um representante de segunda ordem. Há também um controle indireto por razões jurídicas e econômicas: o gestor da previdência complementar é, como os demais associados no fundo que representa, proprietário indireto das empresas adquiridas, dependendo a sua propriedade da proporção que detém no próprio fundo. O controle é elevado novamente a uma segunda ordem: assim como um acionista não possui diretamente o controle da empresa cuja determinada fração é sua, os associados são

---

<sup>46</sup> No governo Lula, a presença de sindicalistas na direção dos fundos de pensão aumentou de 41 % para 67%. Em 2010, sindicalistas ocupavam 39 das 51 cadeiras de diretores da Previ; 24 das 34 cadeiras do Funcef e 23 dos 28 cargos de direção na Petros (A nova classe social, *Revista Época*, 10 de maio de 2010).

<sup>47</sup> As metas atuariais são a pulsão inicial dos fundos de pensão: é o mínimo de rentabilidade, definido pelo governo (pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar), calculando inflação, tempo de contribuição média e outros dados para que um plano possa cumprir com suas obrigações futuras de assistir aos associados. Um fundo torna-se respeitado no mercado quando seu rendimento vai muito além desta meta.

em primeiro lugar proprietários fracionários do fundo de pensão, sendo acionistas de uma empresa segundo a fração adquirida por este e de acordo com a razão de seus depósitos.

Nesse inferno de mediações e formas de apropriação, as figurações tradicionais das classes sociais recurvam-se de modo obscuro: embora gestor de um fundo que nada mais é do que uma forma do mercado de capital, o representante dos trabalhadores, embora com capacidade de decidir sobre os rumos de uma empresa, *não é proprietário privado de meios de produção* – a não ser de modo indireto. Os trabalhadores associados ao fundo também não são “burgueses”, ainda que sejam, de modo pulverizado, proprietários do fundo e das empresas que lhe pertencem. No entanto, também os executivos de empresas de capital fechado não são capitalistas ao serem nomeados para dirigir as empresas que não lhes pertencem. Podem se tornar parte da burguesia se, além dos altos salários como CEOs, também receberem bônus na forma de ações e acesso à divisão dos lucros. Mas esse raciocínio poderia ser aplicado para o operador do fundo de pensão, que é sempre muito bem remunerado e tem acesso a determinados benefícios que lhe fazem “saltar de classe”. Valeria também para os demais associados do fundo, ainda que mais lentamente, pois podem ter acesso, com a aposentadoria, a todo o montante acumulado durante anos e décadas de uma só vez, ao invés de receber a pensão mensal. Ainda que categorialmente algumas dessas formas não possam ser de modo algum identificadas à capital, também estão longe de ser uma mera figuração variada do salário. É um curto-circuito realizado por essa instituição *sui generis*, cujo estômago faz a mágica da transformação de salário em capital.

O que torna possível esse embaraço é a unidade pressuposta de todos esses grupos sociais, classes e indivíduos como possuidores de dinheiro poupado. A transformação das mercadorias em dinheiro e a colocação deste em circulação é que possibilita a criação do capital – mas nesse caso o ponto de partida é a mera posse da mercadoria força de trabalho. A ilusão explorada pelos apologetas do fundo de pensão e pelo governo do PT é que se trata de um processo simples e de reprodução garantida: qualquer trabalhador poderia participar dessa magia de multiplicação de dinheiro e participação no mercado de capitais. Mas não é a posse em si da mercadoria força de trabalho que garante a participação no processo. É preciso, primeiro, que essa mercadoria seja vendida – o que poderia ser fácil, mas o desemprego crescente e crônico tornou essa condição de incerta realização. Em segundo lugar, é necessário reunir parte de seus frutos (frações de salários) numa forma corpulenta e caudalosa (o fundo).

Por isso, o fundo de pensão é uma forma seletiva de participação no mundo das mercadorias e na circulação de capital, cuja base de sustentação mesma só demonstra a ilusão de sua reprodução e universalização – a força de trabalho regularmente vendável e com salários elevados. Como a “circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias”,<sup>48</sup> o mutirão financeiro por trás das instituições de previdência complementar é a forma avançada das relações capilarizadas, mas seletivas, do mercado de capitais, cujas artérias irrigam em maior ou menor volume todas suas células... até que uma interrupção drástica ocorra.

---

<sup>48</sup>Karl Marx. *O capital – crítica da economia política*, Livro I, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 137.

Uma possibilidade de afugentar o curto-circuito categorial e apreender teoricamente o processo seria determinar precisamente que o ponto de vista inicial de um trabalhador associado a um fundo de pensão é o de um proprietário de mercadoria exclusivamente interessado na garantia futura de reprodução quando sua mercadoria se esgotar (aposentadoria). Assim, para sermos ingênuos, a lógica inicial não seria premida pela acumulação de riqueza, mas pela reprodução social. Seu *interesse* é o de resguardar parte do dinheiro recebido na forma de salário para no futuro adquirir mercadorias que possam garantir sua sobrevivência. Tudo seria regido pela finalidade do valor de uso a ser consumido futuramente. Ora, ainda que seja esta a boa intenção do trabalhador, ainda que seja este o nobre conteúdo de sua consciência individual, para a realização de todo esse intento é necessária a valorização do dinheiro, recebido como salário, ou a sua transformação em capital (uma redundância, pois dinheiro que se valoriza só pode ser capital). O movimento objetivo da circulação provoca uma metamorfose que muda o próprio sentido da ação inicial: assim como boas intenções podem florear a entrada do inferno, a beleza da *vontade inicial* cai subordinada diante do *objetivo último* da valorização do capital. A objetividade inconsciente da mediação mercantil é indiferente aos desejos subjetivos dos envolvidos.

Ainda ingenuamente, poderíamos pressupor que o trabalhador, co-proprietário do fundo de pensão, segue uma lógica distinta do seu representante nas cadeiras dirigentes dessa instituição. Mais ou menos como Mefistófeles realiza as tarefas mais sujas na calada da noite para Fausto (as quais não quer saber ou mesmo acreditar), o gestor tem por interesse imediato a ampliação incessante do fundo que administra. Assim, a aplicação em renda fixa, mesmo mais segura, pode não ser tão atraente em função da baixa remuneração, portanto valeria a pena se arriscar nos investimentos de carteiras ou nos derivativos. É verdade que a flexibilização das regras de utilização dos fundos foi seguida por uma democratização do seu controle e uma ampliação dos mecanismos de consulta e fiscalização de sua administração. Portanto, o gestor do fundo de pensão não pode simplesmente (embora prática e cotidianamente o faça) investir sem nenhuma segurança, simplesmente com a obsessão de ampliação dos seus recursos. Mas os instrumentos de consulta têm demonstrado que algumas arriscadas decisões de investimento são tomadas em conjunto com os co-proprietários dos fundos de pensão, são medidas consentidas e muitas vezes legitimadas em assembleias. Não importa o grau de risco da operação, os resultados ecológicos dos investimentos, os efeitos sociais da sua realização (ampliação da exploração do trabalho alheio ou próprio, aumento do endividamento público etc.), o que importa é a ampliação da parcela de todos. Se é difícil acompanhar conceitualmente a transmutação das formas de salário em capital, com o referendo coletivo das decisões dos dirigentes é muito visível e direta a linha que *transforma o ponto de vista do trabalho em ponto de vista do capital*.

O problema categorial mais dramático é essa estranha rede que aproxima, enlaça, une e identifica a *posição* de proprietário de força de trabalho, que recebe salário, da posição de proprietário de meios de produção, que auferes lucros, ou de proprietário de capital-dinheiro, que auferes juros. O fundo de pensão é a forma mais avançada e complexa da esquizofrenia do “sujeito monetário” (Robert Kurz). Figuração tardia da oposição entre valor e valor de uso, mercadoria e dinheiro, o fundo de pensão só floresce agora como uma forma específica de operação no mercado de capitais devido à situação de financeirização e ficcionalização generalizada. Também só se estabiliza institucionalmente devido à instabilidade crônica de um

capitalismo em crise, cujo resultado social é o caráter cada vez mais seletivo do próprio mercado de trabalho.

### **A “natureza socialista” do sindicalismo financeiro**

O caso mais didático da rede de relações entre trabalhadores, fundos de pensão e mercado de capitais é da extinta empresa norte-americana Enron. O exemplo também é o mais claro ao demonstrar os efeitos socialmente destrutivos do círculo de mediações onde interesses conflitantes, momentânea e aparentemente identificados, colapsam conjuntamente.

Uma empresa de distribuição de energia com sede no Texas, a Enron transformou-se na virada do milênio na maior corporação mundial em faturamento (mais de 100 bilhões de dólares anuais), cuja principal fonte era, além da especulação financeira desenfreada, o jogo que passou a operar com o preço da energia depois da desregulamentação desse mercado nos EUA. A espiral de crescimento foi tão ampla, no final da década de 1990, que a empresa estimulou os seus funcionários, através do fundo de pensão, a investir em ações da própria empresa. Com a afluência de grandes recursos do fundo, o impacto nas bolsas foi gigantesco, provocando uma momentânea virtuosidade em que a alta acionária enriquecia simultaneamente a empresa e o fundo. Fraudes contábeis, auditorias corruptas e ganhos conjuntos com bancos de investimento e empresas financeiras retroalimentavam a empresa em sua escalada rumo ao topo. A mágica do autocrescimento sustentado pela alta das ações foi pelos ares com o colapso da Enron: ações viraram fumaça, uma investigação criminal foi iniciada, um dos principais executivos se suicidou, a empresa pediu concordata e o fundo de pensão quebrou. Trabalhadores da corporação perderam de uma vez o emprego e a poupança economizada durante anos através do fundo. Em muitos casos os prejuízos eram assustadores: mais de um milhão de dólares em economias individuais.<sup>49</sup>

A reflexão anterior sobre as contradições internas da forma própria institucional dos fundos de pensão ou o caso bastante conhecido do colapso da Enron são um atestado do caráter antissocial dessa forma de acúmulo de capital, nadamais do que uma potencialização da natureza destrutiva da própria forma mercadoria. O surpreendente, no entanto, é que apesar dessa óbvia radicalização dos pressupostos contraditórios e explosivos da sociedade burguesa, as instituições de previdência privada são encaradas como uma alternativa sadia para a “moralização do capitalismo” ou, o que é ainda mais grave, como o instrumento renovado de uma transformação socialista. A tentativa de apresentar essa instituição como a ferramenta de domesticação do mercado tem sido exitosa entre alguns intelectuais e a apologia que a envolve tornou-se repertório comum entre sindicalistas e os próprios líderes do governo petista. Sabe-se que o discurso ideológico tem como uma das funções básicas a legitimação das ações realizadas por indivíduos ou grupos sociais – mas o palavrório em torno da “moralização capitalista” é tão insustentável que ultrapassa os limites da racionalização: tornou-se puro auto-engano do sindicalismo financeirizado.

---

<sup>49</sup> O documentário *Enron: os mais espertos da sala* (direção de Alex Gibney, 2005) traça o histórico de ascensão e colapso da empresa, assim como apresenta o depoimento e o drama de vários trabalhadores que perderam seus recursos no plano de previdência. Ver também o artigo de Robin Blackburn. La débâcle de Enron y la crisis de los fondos de pensiones. In: *New Left Review*, no. 14, 2002, p. 25-50.

A maquinação teórica tem gradações diferentes: caminha desde a simples idéia de uma democratização da economia capitalista, em que o cidadão comum torna-se proprietário de grandes corporações, até a visão de que a pulverização do poder econômico entre a força de trabalho estaria revertendo a “concentração dos meios de produção”. Ainda que esses dois casos pareçam pólos antagônicos de uma interpretação dos rumos da ampliação dos fundos de pensão (e das sociedades anônimas), ambos estão contidos no mesmo registro especulativo que confia numa transição economicista entre capitalismo e socialismo – os entusiastas dos fundos de pensão são uma versão moderna do reformismo socialista. Não se trata de dois extremos interpretativos – capitalismo rejuvenescido *versus* transição socialista –, pois o ponto-base em comum é o otimismo em relação ao acesso à propriedade e à socialização do mercado, que passa por uma tradução democrática ou socialista conforme a ocasião.

Uma das obras mais famosas que defendem a “revolução da propriedade” praticada pelos fundos de pensão pode ser enquadrada exatamente nessa linha que encara os fundos como a oportunidade de se criar uma versão cidadã do capitalismo e ao mesmo tempo como a forma própria de uma transição socialista. O livro *Os novos capitalistas* foi escrito por Stephen Davis, Jon Lukomik e David Pitt-Watson, economistas ligados a grandes fundos de investimentos e empresas de consultoria para os fundos de previdência complementar. O argumento principal é exatamente que essas instituições estão promovendo uma “socialização da economia”.

Publicado no Brasil com apoio da Previ, o livro é uma espécie de guia de atuação para os proprietários de ações e associados dos fundos de pensão, um “manifesto capitalista” (como indica o título de um dos capítulos) que está voltado para a organização de novos parâmetros de responsabilidade social e econômica (incluindo também a ecológica) para as corporações. A obra incentiva o ativismo dos novos proprietários de empresas, estimulando reivindicações de condutas socialmente respeitáveis. Antes de se transformar propriamente num “manual de auto-ajuda” para os investidores em carteira ou contribuintes dos fundos de pensão, a obra traça uma história grosseira dos conflitos sociais modernos, baseados na propriedade e que acabaram culminando em duas propostas divergentes, mas idênticas quanto a incivilidade: de um lado, o capitalismo das grandes corporações que não prestam contas sobre seus atos e que são controladas por poucos magnatas; de outro, a economia burocratizada do comunismo soviético, onde as escolhas individuais foram soterradas pelas decisões da cúpula estatal. Para os autores do livro, o fim do socialismo não foi a vitória do capitalismo das grandes corporações multinacionais, porque também estas tornaram-se cada vez mais impopulares, foram deslegitimadas pela irresponsabilidade social em sua “busca patológica do lucro”.<sup>50</sup>

O papel dos fundos de investimento e dos fundos de pensão seria o de construir uma “economia civil” nos moldes da “sociedade civil”. Se a política democrática moderna está baseada nas decisões dos eleitores, no poder igualitário do voto e na escolha direta e indireta dos governantes, a economia do futuro deve se basear nas decisões dos proprietários, no poder de influenciar os rumos das suas empresas e na escolha de seus próprios gestores. “Na

---

<sup>50</sup>Jon Lukomnik, Stephen Davis, David Pitt-watson. *Os novos capitalistas: a influência dos investidores-cidadãos nas decisões das empresas*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus e Previ, 2008, p. 32.

sociedade civil, trata-se de eleitores. Na economia civil, referimo-nos a proprietários. Os investidores institucionais são os eixos de uma rede de ativistas”.<sup>51</sup>

O raciocínio principal dos autores é que, do mesmo modo que a cidadania política foi conquistada aos poucos e tornou possível a colaboração e envolvimento dos eleitores com os rumos do Estado, a democratização da propriedade através das redes de investidores levará o proprietário-cidadão a interferir nos rumos da economia, contribuindo com suas opiniões para dar um sentido social à atuação empresarial. Essa grande mudança, que seria visível hoje no poder obtido pelos investidores institucionais, representa o acesso das grandes massas ao capital das empresas: “os cidadãos, em conjunto, são agora os verdadeiros proprietários das maiores empresas do mundo”.<sup>52</sup>

Em alguns países essa democratização, segundo os autores, é até mais significativa hoje do que a participação política: no Reino Unido e EUA, o percentual de “cidadãos investidores” na população em geral é maior do que a de cidadãos que comparecem às urnas. Isso significa um “deslocamento tectônico do poder econômico”, pois os novos capitalistas que estão surgindo a partir daí são a tábua de salvação, a esperança de um futuro melhor, em que uma nova forma de capitalismo surge – um “capitalismo responsável e prestador de contas”.<sup>53</sup>

O interessante de toda essa mistificação é que a sua principal âncora moral está fincada na rede conflitiva do entrelaçamento social realizado pelas novas instituições do mercado financeiro. Como visto, as mediações formais operadas pelos fundos de pensão criam um curto-circuito que embaralha grupos e classes sociais diversas, transtorna funções sociais diferentes e amplia a esquizofrenia dos indivíduos perante o mercado. Para o trio de autores, contudo, esse entrelaçamento, que unifica num mesmo indivíduo funções diferentes, é a própria garantia da responsabilidade social:

Constantemente, cada vez mais observadores estão despertando para as implicações da ampla propriedade de ações pelos cidadãos. James Hawley e Andrew Williams argumentam que fundos de pensão muito grandes atuam como “proprietários universais” que, por necessidade, se preocupam mais com a economia geral do que com seus investimentos específicos. E chegam lá. Hoje vivemos num sistema econômico em que todos os participantes usam antes muitos chapéus: trabalhadores, proprietários, consumidores, grupos de interesse, reguladores, concorrentes, fornecedores. Relacionamentos que antes eram unidimensionais e lineares hoje se tornaram profundamente integrados. De tudo isso emergiu um novo círculo de responsabilidade e de prestação de contas que começa e termina no investidor-pensionista-empregado-consumidor-cidadão.<sup>54</sup>

Não há nada no apertado trançado social do capitalismo em crise que sirva como fundamentação para a “responsabilidade” desse indivíduo multifuncional. A sobreposição mesma de posições sociais é que se torna uma exigência moral de moralismo: *espera-se* que um trabalhador exija, das empresas que possui através de laços financeiros, o respeito às leis

---

<sup>51</sup>Ibidem, p. 18.

<sup>52</sup>Ibidem, folha de rosto.

<sup>53</sup>Ibidem, p. 26.

<sup>54</sup>Ibidem, p. 13.

trabalhistas, porque isto estaria de acordo com sua condição cidadã inicial. Mas antes da resposta moral, o trabalhador é um proprietário que quer um resultado econômico da atuação das empresas em que investe, objetivos que não são compatíveis. Esses teóricos da nova economia civil pressupõem que os círculos de influência e determinação entre os indivíduos, fundos e empresas operem sem fricções, quando na verdade a própria complexidade adquirida por essa teia de relacionamentos leva ao extremo às tensões, conduz ao máximo a concorrência e esgarça o tecido social devido ao excesso de atritos. Fricções que surgem não somente na relação entre indivíduos diferentes, mas agora também num indivíduo isolado, que a todo momento destoa de si mesmo através de suas figurações divergentes (trabalhador, cidadão, investidor, proprietário, consumidor etc.).

Os conflitos sociais não são um mal que possa ser combatido pela “responsabilidade” e “prestação pública de contas”. As tensões são uma característica estrutural dessa forma de socialização onde todos são proprietários de unidades econômicas que se encontram e concorrem no mercado. Co-proprietários de uma empresa não são simplesmente portadores de um interesse comum, “compartilhado”, são na verdade beneficiários de uma mesma fonte de rendimento, o que significa dizer que são os limitadores potenciais dos ganhos alheios. Se isso é óbvio para co-proprietários que podem entrar em conflito pela busca de novas fatias da mesma empresa, imagine quando entram em cena os gestores, cujos ganhos “excessivos” são uma afronta aos acionistas poupadores. Acrescente também os funcionários comuns dessa corporação, que cultivam ódio tanto pelos patrões, em virtude de seus salários estratosféricos, quanto pelos acionistas, que exercem pressão pela redução obsessiva dos custos operacionais (o que inclui seus salários). Entram também os que estão para além dos portões da empresa, os consumidores de seus produtos, os concorrentes nas corporações do mesmo setor, os indivíduos que são afetados pela atuação das empresas (principalmente pela externalização de seus problemas), as agências reguladoras, o Estado etc. Os laços são amplos, mais ou menos apertados, mais ou menos distantes.

Símbolo máximo de todo esse auto-engodo mediado pelas finanças, é que Sérgio Rosa, sindicalista da cúpula do PT, então presidente da Previ, tenha apresentado o livro *Os novos capitalistas* no Brasil e anunciado, na primeira folha da obra, que o número cada vez maior de “trabalhadores e aposentados como proprietários finais da poupança transformada em ações” pode ser encarado como a semente de uma “socialização da economia”.<sup>55</sup>

Versões genuinamente brasileiras desse louvor ao papel desempenhado pelos fundos de pensão não faltam. Um consultor econômico revela em um documentário, produzido exatamente para estimular a associação a essas instituições, que “o sistema de fundos de pensão é o mecanismo, a ferramenta de acumulação de renda e capital capaz de transformar um capitalismo para poucos num capitalismo para muitos”. O título do filme é, sintomaticamente, *O futuro é hoje: o capitalismo social dos fundos de pensão*.<sup>56</sup> Em artigo num grande jornal paulista, Paulo Rabello de Castro, autor dessa frase, completa a mistificação com o uso da terminologia em moda no mundo dos negócios:

<sup>55</sup> Ibidem, folha de rosto.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=msMn5XhlfO8> e <http://www.youtube.com/watch?v=chHTBfQEB08>. Acesso em nov. 2013.

O sociocapitalismo é o da multiplicação dos pequenos e grandes negócios e do empreendedorismo; não é a estatização dos meios de produção; muito pelo contrário, é a socialização do lucro e o controle de frações da riqueza nacional, por milhões de proprietários.<sup>57</sup>

Na era do empreendedorismo, está aberta a possibilidade dos trabalhadores se tornarem também proprietários dos meios de produção. É verdade que nesse caso o foco está mais direcionado ao fundo de pensão propriamente do que aos investidores institucionais como um todo. Isso é uma marca da produção de discurso no Brasil da Era Lula: em oposição ao mercado, o capitalismo social surge das mãos dos próprios trabalhadores, trata-se mesmo de um “capitalismo popular”.

Maria Chaves Jardim é uma das intelectuais brasileiras que confia nessa “moralização do capital” pelo governo Lula. Sua crença se sustenta numa argumentação pós-moderna sobre a (re)significação dos mecanismos financeiros e até mesmo numa idéia de “domesticação do mercado” cuja origem seria Karl Polanyi.

A partir dos dados apresentados e analisados, sugere-se que os sindicalistas e o governo Lula ensaiam uma “domesticação” política e social do capitalismo, emprestando ao mercado financeiro uma agenda do mundo social, transformando concomitantemente os conceitos de social e de mercado. Nesse sentido, a “domesticação e/ou moralização” do capitalismo proposto por esse governo pode levar à criação de um novo *ethos* no capitalismo contemporâneo brasileiro, o qual se relacionaria a um *ethos* moral, cuja moral é assentada na economia de concepção social. (...) o governo Lula promove sua institucionalização por meio da presença monopolista do discurso de “moralização” das finanças. (...) os fundos de pensão estão construindo sua legitimidade sobre a negação dos lucros, na medida em que as práticas econômicas servem não somente como mercadorias, mas essencialmente como ideário moral e de inclusão social. A integração, em todos os níveis, dos atores sociais, das instituições e dos dirigentes dos fundos, contribui para a definição de uma identidade de “moralização” do capitalismo, fundada na negação do lucro advindo da especulação e na afirmação da atividade produtiva. No projeto de fundos de pensão, o governo busca realizar o desenvolvimento sustentável do país por meio dos recursos oriundos da poupança dos trabalhadores.<sup>58</sup>

Os discursos de Lula voltados aos associados dos fundos de pensão seriam a visão oficial desse “capitalismo popularizado”, onde o próprio mercado é “corrigido” por objetivos sociais impostos pela atuação dos trabalhadores e sindicatos:

Entendemos que este é o momento em que precisamos repensar o papel, primeiro, da atuação do movimento sindical no mundo, se vamos continuar a fazer sindicalismo como fazíamos no século passado, se as mudanças que houve no mundo não significaram nada no nosso comportamento, em

<sup>57</sup> Paulo Rabello de Castro. Capitalismo para todos, *Folha de São Paulo*, 07 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0711200706.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>58</sup> Maria Aparecida Chaves Jardim, “Domesticação” e/ou “Moralização do Capitalismo” no Governo Lula: Inclusão Social Via Mercado e Via Fundos de Pensão. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, p. 151-152.

função de um mercado financeiro cada vez mais voraz, os fundos de pensão terão ou não um papel, embora como aplicadores, mas um papel em que a aplicação tenha uma visão social que não poderemos cobrar, obviamente de um banco particular ou de um fundo particular, mas poderemos discutir com os fundos de pensão.<sup>59</sup>

Há aqui uma insistência nas diferenças substanciais entre a responsabilidade social contida na riqueza reunida pelos trabalhadores e as demais instituições financeiras. Embora seja crédulo no papel “moralizador” que realiza, o sindicalismo financeiro é, em grande medida, o resultado de uma transferência das disputas políticas para o ativismo no mercado de capitais, patrocinado pelos acionistas-pensionistas. Os empresários e banqueiros do PSDB, principais opositores na esfera política, são convertidos também em adversários com o modelo de “capitalismo social” desse novo sindicalismo petista: as grandes corporações *devem* ser corrigidas por dentro, através do domínio dos trabalhadores. Embora as disputas ocorram tanto nas instituições políticas quanto na esfera econômica, elas não têm mais o fundo clássico da “luta de classes”, seja pela confusão categorial de grupos sociais, seja pela modificação no conteúdo da competição: o empreendedorismo, a conduta financeirizada e as alterações pela propriedade titularizada modificaram o próprio universo dos conflitos.<sup>60</sup>

Isso não significa, de modo algum, que as *lutas* se acabaram e vivemos a era da conciliação – como quer o discurso oficial. Pelo contrário, como não é possível mais identificar os grupos e seus interesses específicos com precisão, o que vemos é uma multiplicação e intensificação das lutas distributivas, conflitos societários, disputas por propriedade, concorrência pelo comando das instituições, sabotagens políticas, espionagem etc. Tudo embebido na forma fluída do mercado financeiro.

### **A crise dos fundos de pensão**

No 5º Congresso Nacional do PT, realizado no início de dezembro de 2013, um gigantesco pôster com a foto de Luiz Gushiken e Marcelo Déda estampava o fundo do palco do auditório onde se realizava o evento, em Brasília. Ambos falecidos neste mesmo ano, suas trajetórias são diferentes, mas podem ser identificadas pelo reconhecimento do poder econômico dos fundos de pensão. Gushiken, o principal articulador político das reformas e da regulamentação que estimula a rede de previdência complementar no Brasil; Déda, o governador de Sergipe que enxergou a possibilidade de orientar os investimentos em seu pequeno estado através dos

<sup>59</sup> *Revista Fundos de Pensão*, nº 284, 2003.

<sup>60</sup> “O tempo de sindicalismo de contestação já passou (...) embora eu possivelmente tenha me notabilizado por isso. Agora a história está a exigir tanto dos trabalhadores como dos empresários uma outra cabeça, uma outra forma de comportamento (...) o movimento não pode mais agir, ou não deveria agir mais, como minha turma agiu na década de 1980. Afinal de contas, são passados vinte e poucos anos e houve uma revolução comportamental na sociedade (...) o sindicato precisa compreender o papel que tem os fundos de pensão.” (Lula, declaração no encerramento do I Congresso Internacional dos Fundos de Pensão, citado por Maria Aparecida Chaves Jardim, “Domesticação” e/ou “Moralização do Capitalismo” no Governo Lula, cit., p. 146-147).

fundos de pensão geridos pelos seus correligionários. Ligando o nome dos dois políticos, no pôster, uma frase de efeito: “Nossos valores são eternos”.

No primeiro ano como governador de Sergipe, Marcelo Déda reuniu-se com os presidentes de cinco dos maiores fundos de pensão do país — Previ, Petros, Funcef, Fachesf e Valia<sup>61</sup> — com a intenção de organizar os investimentos, principalmente em infraestrutura, em seu estado. Na ocasião, Déda discursou para a imprensa sobre a natureza desse relacionamento entre um governo estadual e fundos de previdência, enfatizando a parceria público-privada.<sup>62</sup> Mas essa simbiose público-privada não é de fácil compreensão quando se refere aos fundos de pensão, embora seja a demonstração da *atualidade* e sofisticação dos vínculos entre governo, sindicatos e mercado de capitais.

A atuação governamental do PT nesses mais de dez anos de poder não pode ser compreendida sem avaliar o seu fundamento financeiro nos fundos de pensão. Ainda que tensões tenham vindo a público com o poder político ampliado pelos sindicalistas, diretamente ligados aos fundos, a importância estratégica do que Lula chamou de “poupança sagrada dos trabalhadores” é visível na orientação das políticas econômicas implementadas pelo poder executivo em seus diversos níveis.

O poder econômico dos trabalhadores é a base que sustenta o novo ideal *público* do governo Lula e, por consequência, o seu ajuste do Estado. E nisso se enganaram os analistas que enxergaram, na chegada do PT ao governo, a abertura de uma nova página simploriamente *estatista* na história do Brasil. A presença e a forte atuação dos fundos previdenciários no controle de empresas privatizadas e a tendência do governo em sustentar, alimentar e ampliar o domínio, são a demonstração de que, para o Partido dos Trabalhadores, uma empresa torna-se pública não quando retorna ao domínio do Estado, mas quando passa a ser controlada (acionariamente) e gerida pelos trabalhadores por meio dos fundos, podendo ser guiada por “práticas sociais e ambientais corretas”.<sup>63</sup>

Para os ex-bolcheviques do PT, o ideal *público-estatal* virou uma merinha da história. Contudo, ao contrário do que acham seus críticos mais à esquerda, eles não acreditam piamente nas forças privadas do mercado, principalmente o das grandes corporações. O governo do PT

---

<sup>61</sup> Fachesf é a previdência fechada complementar da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que reúne cerca de 50 mil beneficiados, entre associados diretos e seus dependentes. Pertencente ao sistema Eletrobrás, a Chesf continua sendo uma empresa estatal, tratando-se da maior geradora de energia elétrica do país, pois comanda dez usinas hidrelétricas e uma termelétrica. Valia é a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, quinto maior fundo do país em patrimônio e um dos maiores em participantes ativos (mais de 70 mil, com quase 300 mil dependentes).

<sup>62</sup> “Esse primeiro encontro é extremamente significativo porque a parceria público-privada é um instrumento importante para captar recursos. Essa reunião teve por objetivo justamente saber como os fundos atuam, que possíveis áreas em Sergipe são de interesse de investimento e como os fundos podem se associar com os empreendedores locais, para ampliar a carteira de investimento e desenvolver nosso Estado” (Governador se reúne com presidentes de fundos de pensão, *Agência Sergipe de Notícias*, 14 nov. 2007. Disponível em: [http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:4478/governador\\_se\\_reune\\_com\\_presidentes\\_de\\_fundos\\_de\\_pensao.html](http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:4478/governador_se_reune_com_presidentes_de_fundos_de_pensao.html)). Acesso em nov. 2013.

<sup>63</sup> *Previdência Complementar: Plano de Instituidor*, Ministério da Previdência Social (Brasil, 2003). Cartilha citada por Maria Aparecida Chaves Jardim, “Domesticação” e/ou “Moralização do Capitalismo” no Governo Lula, cit. p. 145.

não fez um pacto com o demônio em suas políticas monetaristas, ainda que tenha feito concessões ao setor privado da economia nacional e estrangeira. O PT confia que a assunção das principais empresas nacionais pelos fundos de pensão, isto é, a gestão das empresas pelos sindicalistas que estão à frente do volume do poder financeiro das aposentadorias complementares dos trabalhadores, seria uma forma de tornar novamente *públicas* as empresas que o seu inimigo político—os tucanos—, haviam privatizado. Sem que, com isso, a natureza jurídica dessas empresas precise ser alterada – basta que tenham, graças a pressão exercida por seus co-proprietários, uma responsabilidade social.

O PT não se rendeu subjetivamente aos ideais do mercado, mas se submeteu à objetividade mercantil acreditando controlá-la. Nisso o Partido dos Trabalhadores só repete o mesmo postulado de toda a filosofia moderna: “pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece”.<sup>64</sup> Desse ponto de vista, portanto, o Partido dos Trabalhadores continua sendo socialista, mas ajustado às prerrogativas pós-modernas da eficiência mercantil, isto é, o *ladocool* da sociedade capitalista que teria saído vitorioso em 1989: o bom desempenho financeiro, a racionalidade empreendedora e a produtividade como motores e a alta lucratividade como meta.

O governo Lula-Dilma continua *socialista*, num certo sentido, porque acredita piamente no controle operário dos meios de produção. Mas, ao contrário dos fósseis ambulantes que ainda falam do Grande Estado Socialista, o controle operário dos meios de produção não é mais um *controle estatista*, é um *controle acionário, financeiro*. Ao invés do controle direto das fábricas, o socialismo lulista quer um controle indireto, via mercado financeiro. Ao invés do domínio direto das empresas, basta o intermédio do poder operário-financeiro e o meio de produção volta a estar a serviço dos trabalhadores, até mesmo da Nação.<sup>65</sup>

Resta saber o quanto essa crença no controle operário sobre as empresas – mais indireto do que do que imediato – resiste ao duro teste da realidade. Do raciocínio precedente, podemos tachar essa crença democrática, nacionalista ou mesmo socialista em engodo discursivo, dado que o entrelaçamento financeiro dos indivíduos, grupos e classes sociais não coordena suas ações e apazigua seus interesses. Pelo contrário, desarranja as práticas sociais e potencializa as lutas distributivas e os conflitos de interesses.

<sup>64</sup>Francis Bacon. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da interpretação da natureza*. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 19.

<sup>65</sup>Sobre o ideal de nação contido na proposta sindical-financeira veja o seguinte trecho de artigo escrito por um economista da Funcef em conjunto com Wagner Pinheiro, presidente da Petros: “A profunda evolução no padrão de governança das empresas brasileiras médias e grandes não pode ser bem explicada sem a presença dos fundos de pensão, inclusive com o enfrentamento histórico de gestores em arranjos societários incômodos. A revisão de propostas e normas para a organização do mercado de capitais, idem. A melhoria e segurança de aposentadorias de milhões de brasileiros e a promoção da cultura previdenciária, também. E mais: o volume significativo de recursos destinados a toda a economia nacional, com geração de renda, emprego e tributos, está muito acima do que possam imaginar aqueles que optam por uma análise superficial e macartista. Aliás, uma postura no mínimo curiosa, posto que essas mesmas vozes são as que se rejubilavam com a vinda dos investidores internacionais dispostos a aplicar parte de seus recursos em nosso país assim que galgamos o reconhecimento de *investment grade*, num tempo recente e que hoje nos parece tão distante” (Guilherme Lacerda; Wagner Pinheiro de Oliveira. Fundos de pensão, crise econômica e ambiência política. *Valor Econômico*, 27 mar. 2009).

O “maior conflito societário” da história do Brasil demonstrou a devastação e a trama de tensões que é produzida quando instituições diversas e concorrentes do mercado de capitais se envolvem na disputa pelo controle de corporações, principalmente as grandes empresas privatizadas. O caso da Ambev, brevemente descrito acima, também é o sintoma de um combate generalizado pelos benefícios, rendas e recursos que circulam pelo mercado financeiro. Um caso recente, envolvendo a maior empresa do Brasil, comprova que a consequência do sindicalismo financeiro é a generalização e aprofundamento dos conflitos distributivos.

Na Petrobrás, uma tensão surgida entre os acionistas foi parar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em função da escolha de vagas no conselho de administração da empresa. Como se sabe, a Petrobrás há décadas é uma empresa de capital misto, cujo controle majoritário é realizado desde sempre pelo governo. Contudo, desde a escalada da empresa pelos mercados acionários globais, o governo estendeu sua rede de influência na empresa para além do controle majoritário das ações por parte do Estado. Através da BNDESPar, Previ, Funcef e Petros, o governo consegue um poder administrativo massivo no conselho da empresa, fazendo passar como um rolo compressor as medidas adotadas pela cúpula do executivo. Acionistas minoritários privados reclamaram junto à CVM que os fundos e a participação do BNDES acabam por amplificar o poder do governo, passando por cima dos interesses dos acionistas. “Para os minoritários, os fundos e o BNDES votavam em linha com os interesses do governo e não dos acionistas, configurando um conflito de interesses”.<sup>66</sup> Um conflito que, na avaliação dos especialistas de plantão, tem provocado perdas no valor de mercado da empresa. Mas o desempenho patrimonial da Petrobrás nos últimos anos é o retrato de um vai-e-vem amparado pelos impulsos especulativos, seja o otimismo com o Pré-sal, os reajustes os preços dos combustíveis, a capitalização em bolsa (em 2010 a Petrobrás captou 120 bilhões de reais através de emissão de novas ações)<sup>67</sup> ou o acordo com as petrolíferas chinesas.<sup>68</sup>

Contudo, os conflitos internos às empresas em que os fundos investem não são o problema maior em sua lógica de operação capilarizada. A sobreposição de funções, a confusão de

---

<sup>66</sup> Acionistas da Petrobrás tentam acordo com CVM, *O Estado de São Paulo*, 07 nov. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,acionistas-da-petrobras-tentam-acordo-com-cvm,169607,0.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>67</sup> A petrobras perdeu R\$ 65 bilhões em valor de mercado em dois anos, diz jornal, *Uol Notícias*, 28 set. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/28/petrobras-perde-r-65-bilhoes-em-dois-anos-em-valor-de-mercado-diz-jornal.jhtm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>68</sup> As ações da Petrobrás subiram 5 % num único dia, logo depois do leilão do campo de Libra, que marca a concessão de exploração do Pré-Sal brasileiro: um consórcio formado pela própria empresa, Shell, Total (petroleira francesa) e as chinesas CNPC e CNOOC arrematou o controle do campo nas profundezas do subsolo marinho. Para costurar o acordo que culminou nesse consórcio, o governo brasileiro atuou numa frente tripla, convencendo grandes empresas ocidentais, amparando-se no apoio financeiro e na influência administrativa dos fundos de pensão na Petrobrás e fortalecendo os vínculos cada vez mais estreitos com o governo e as empresas chinesas (sobre isso, ver os artigos do jornalista Kennedy Alencar, principalmente “Dilma acerta no modelo do leilão de Libra”, disponíveis em <http://blogdokenedy.com.br/>). A proximidade e o estreitamento das relações entre Brasil e China são uma tendência nas últimas duas décadas, mas foi aprofundada com o governo do PT, a ponto do colosso do “socialismo de mercado” tornar-se o maior parceiro comercial do Brasil. Sobre esse relacionamento, que tem fundamentos parecidos com os que sustentam o “sindicalismo financeiro”, voltaremos em outra ocasião.

papéis sociais e os nós estabelecidos entre o mundo do trabalho e o mercado de capitais resulta em efeitos sociais destrutivos logo que o mercado financeiro manifesta o seu humor característico, isto é, a sua instabilidade cada vez mais crônica e o seu caráter antissocial.

Um exemplo recente no Brasil demonstra os rumos trilhados pelo sindicalismo em seu envolvimento com o mercado de capitais. Muitos fundos de pensão possuíam investimentos em empresas da *holding* EBX, o grupo de Eike Bastista. Vários investimentos em carteiras, realizados nos últimos anos pelas instituições de previdência foram destinados à compra de ações de empresas como a MMX (mineradora) ou OGX (petroleira). Com o colapso desta última depois do fracasso na exploração de um de seus poços de petróleo, os fundos acumularam prejuízos junto com a desvalorização acelerada dos ativos da empresa: em cerca de três anos, os papéis da OGX entraram em declínio acentuado, saindo de um topo de 23 reais em outubro de 2010, para 13 centavos em outubro de 2013, quando o pedido de concordata tirou a empresa da bolsa de valores.<sup>69</sup>

Embora o fundo de pensão Previ tenha declarado que suas perdas com a OGX foram marginais, a imprensa divulgou que os prejuízos foram da ordem de 13 milhões de reais, resultado da desvalorização acionária.<sup>70</sup> Mas os funcionários do Banco do Brasil, ligados ao seu fundo de previdência, não são os únicos com prejuízos na associação com o magnata Eike Batista. Também o Postalís, fundo de pensão dos Correios, sofreu um duro golpe ao concentrar 20 % de seus investimentos em carteira nas empresas do grupo EBX. Com as sucessivas quedas no valor das empresas X, o fundo de previdência complementar ampliou os seus prejuízos que já vinham acumulados de exercícios anteriores. Embora com um patrimônio de bilhões de reais e terceiro no *ranking* de maior fundo do Brasil, o Postalís passou a recorrer ao desconto de uma pequena parcela do salário ou da pensão de seus associados para cobrir o rombo nas operações financeiras. Desde abril de 2013, os funcionários dos Correios, contribuintes do fundo, tiveram seus salários achatados em função de um abatimento para compensar as perdas acumuladas. Anteriormente, o Postalís também havia perdido milhões de reais em um investimento junto ao Banco BVA, que foi extrajudicialmente liquidado pelo Banco Central.<sup>71</sup>

O caso Eike e o fechamento do Banco BVA—a maior quebra de um banco brasileiro (com um passivo de 4,75 bilhões em aberto)—,<sup>72</sup> não são casos isolados de investimentos fracassados de fundos de pensão. Na série de instituições bancárias que entraram em crise e foram fechadas pelo Banco Central nos últimos anos, quase todas possuíam investimentos perdidos dos fundos de previdência: PanAmericano, Schahin, Morada, Cruzeiro do Sul, Prosper e Matone. Muitas vezes, os prejuízos não decorrem simplesmente das ações desvalorizadas, mas

---

<sup>69</sup> Ações da OGX saem do Ibovespa nesta quinta, *O Estado de São Paulo*, 30 out. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,acoes-da-ogx-saem-do-ibovespa-nesta-quinta,168938,0.htm>. Acesso em nov. 2013.

<sup>70</sup> Fundo de pensão do BB também perdeu com Eike, diz jornal, *Exame*, 10 jun. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/aposentadoria/noticias/fundo-de-pensao-do-bb-tambem-perdeu-com-eike-diz-jornal>. Acesso em nov. 2013.

<sup>71</sup> Postalís tem R\$ 127 milhões em ações das 'X', *O Globo*, 06 jun. 2013.

<sup>72</sup> Liquidante recomenda falência do banco BVA, *O Estado de São Paulo*, 12 nov. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios-geral,liquidante-recomenda-falencia-do-banco-bva,169893,0.htm>. Acesso em nov. 2013.

também pelos depósitos ou aplicações realizadas pelos fundos: a Fundação de Previdência dos Empregados da Companhia Energética de Brasília (Faceb), por exemplo, há anos busca retomar cerca de 2,5 milhões de reais que destinou aos CDBs do extinto Banco Santos.<sup>73</sup>

O fato de que os prejuízos não decorrem apenas da aquisição de parte das empresas em que se investe, mas também das aplicações realizadas junto a instituições financeiras revela bem a dinâmica de operação de um fundo de previdência. Levados a maximizar os ganhos e sem preocupação com “responsabilidade social”, a esmagadora maioria dos recursos dos fundos de pensão não são destinados a investimentos produtivos, como seria de se esperar de uma instituição que é entusiasticamente apresentada como a solução para os problemas da responsabilidade social. Há muitos anos os fundos de pensão têm como principal tipo de investimento a renda fixa, basicamente estruturada em títulos de dívida pública. Em junho de 2013, segundo levantamento da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), 61,4 % dos fundos das entidades de previdência foram aplicados em renda fixa, uma marca elevada e que vem crescendo nas duas últimas décadas, em que pese a redução recente dos juros básicos pelo governo federal.<sup>74</sup>

Assim, mesmo com toda fumaça discursiva em torno da produtividade e importância dos investimentos realizados pelos fundos, a sua base de sustentação é a ficcionalização de riqueza e o seu mais evidente resultado é o endividamento crescente do Estado. Isso serve também para refutar os argumentos levantados por gestores de fundos de pensão, consultores neoliberais e principalmente pelos políticos sindicalistas que têm militado pela reforma da previdência pública: ao contrário do que prega o pueril argumento de que a previdência privada, amparada na poupança reunida no mercado financeiro, seria a solução e a substituta para os problemas da previdência universal, o fundo de pensão é tão dependente dos recursos públicos quanto a previdência pública. A estabilidade que os juros básicos oferecem para os fundos têm por contraface a dependência crescente do Estado, o que é visto exatamente como o mais problemático na previdência pública. Um sistema baseado em fundos de pensão, como alternativa à previdência estatal, não é outra coisa senão a substituição dos benefícios universais do Estado (ou quase universais, já que nunca tivemos um Estado do bem-estar), por benefícios seletivos, destinados àqueles que continuam sendo, em alguma medida, economicamente rentáveis.

Fica nítida aqui a diferença substancial entre os trabalhadores sindicalizados que formam a base de sustentação política do governo e o restante das camadas populares, subremuneradas, precarizadas e informais que têm cada vez menos chance de serem assistidas pela previdência pública. Uma distância social que tem se ampliado com as reformas

<sup>73</sup> Fundos de pensão estatais sob ataque, *Correio Brasiliense*, 29 out. 2012.

<sup>74</sup> Abrapp. *Consolidado Estatístico*, junho de 2013, cit., p. 3. ([http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/ConsolidadoEstatistico\\_06\\_2013.pdf](http://www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/ConsolidadoEstatistico_06_2013.pdf)). Para uma visão do desempenho e preferência dos investimentos entre 1993 e 2004, ver Ricardo Pena Pinheiro. *Os investimentos dos fundos de pensão no Brasil numa perspectiva macro-econômica*, disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.previdencia.gov.br%2Farquivos%2Foffice%2F3\\_081014-103750-041.pdf&ei=e5u1UoX-L9XesATP5IHQAw&usq=AFQjCNEPRLdyF96fDkVON3MwoJnkZ1epw&sig2=56o5GwX4MqgtbT3vXvjHg&bvm=bv.58187178,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.previdencia.gov.br%2Farquivos%2Foffice%2F3_081014-103750-041.pdf&ei=e5u1UoX-L9XesATP5IHQAw&usq=AFQjCNEPRLdyF96fDkVON3MwoJnkZ1epw&sig2=56o5GwX4MqgtbT3vXvjHg&bvm=bv.58187178,d.cWc). Acesso em nov. 2013.

patrocinadas pelo governo em função desses interesses sindicais financeiros, amenizada apenas através de políticas compensatórias frágeis.

O poder econômico crescente dos fundos de pensão não é alheio ao aparato monetário do Estado, é cada vez mais dependente dele. A experiência mundial tem demonstrado exatamente isso, desde o caso pioneiro do Chile, em que as dificuldades da previdência privada têm ampliado as exigências estatais,<sup>75</sup> até a estatização de fundos privados pelo Estado argentino, promovida pelo governo de Cristina Kirchner em 2008.<sup>76</sup>

Ora, como o próprio Estado não é uma entidade que pode conviver e administrar infinitamente prejuízos, pois também precisa sustentar suas operações com recursos financeiros, o amontoado de dívidas estatais, déficits da previdência pública e agora a absorção de prejuízos dos fundos de previdência complementar podem levar também à sua bancarrota. Detroit poderá se tornar o paradigma do futuro, pois o município declarou concordata depois de décadas de decadência econômica e decomposição social, arrastando consigo 9 bilhões de dólares de dívidas junto aos fundos de pensão.<sup>77</sup>

Se a solução argentina tornar-se norma, o círculo de endividamento engolirá o seu próprio rabo, pois os fundos de pensão são importantes proprietários dos títulos de dívida governamentais. Há pressões políticas em todos os cantos, principalmente Europa e EUA, para que os fiascos dos fundos sejam incorporados pelo Estado – o que é perfeitamente compreensível, já que grandes rombos financeiros privados são também cobertos constantemente pela “socialização de prejuízos”. Isso seria um giro em falso na história da previdência, pois o Estado teria que completar aquilo que foi tido originalmente como o seu

<sup>75</sup>“Os sistemas de contribuições definidas têm uma série de deficiências e não oferecem uma saída fácil em relação à necessidade de conceber regimes nacionais para uma população com uma média de idade mais avançada. Chile, o país pioneiro com respeito a estas reformas, embarcou agora numa grande revisão dessa política. Uma questão adicional que está colocada é que em países onde os empregadores proporcionam regimes privados de pensões para complementar a cobertura básica dos regimes nacionais, o incremento da esperança de vida, a diminuição da rentabilidade dos investimentos e o aumento dos custos de saúde fazem com que muitos dos regimes de prestações definidas tornem-se inviáveis. Estes países estão adotando uma fórmula de contribuições definidas, reduzindo assim substancialmente a cobertura que esperam ter os futuros aposentados. A consequência disto será provavelmente uma pressão cada vez maior sobre o Estado para que este compense o déficit dos fundos melhorando os sistemas nacionais”. (Organização Internacional do Trabalho, *Cambios en el mundo del trabajo*, Informe da Conferência Internacional do Trabalho, p. 52).

<sup>76</sup>Na maior intervenção na economia nos anos Kirchner, Argentina estatiza fundos de aposentadoria, *UOL Notícias*, 21 dez. 2008. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/10/21/ult1859u400.jhtm>. Acesso em nov. 2013. Na Polônia, um processo inverso ocorreu, mas não menos eloqüente na estranha simbiose entre público e privado: o Estado confiscou parte das contribuições dirigidas aos fundos de pensão privados para reduzir problemas orçamentários (Varsóvia lança reforma controversa do sistema de pensões, *PressEurop*, 25 jan. 2011. Disponível em: <http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/476091-varsovia-lanca-reforma-controversa-do-sistema-de-pensoes>. Acesso em nov. 2013). Alguns interpretam a atitude do governo polonês como uma “expropriação” de ativos privados (Poland reduces public debt through pension funds overhaul, *Reuters*, 4 set. 2013. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2013/09/04/poland-pensions-idUSL6N0H02UV20130904>. Acesso em nov. 2013).

<sup>77</sup>Justiça começa a avaliar pedido de falência de Detroit, *DN Globo*, 23 out. 2013. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3493346&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3493346&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas). Acesso em nov. 2013.

complemento. Somente nos Estados Unidos, os fundos de pensão detêm hoje cerca de 6 % da dívida pública federal dos EUA, o que representa cerca de 700 bilhões de dólares. No Brasil, os fundos de pensão são os credores de quase 15 % de toda a dívida pública interna do Estado – uma cifra impressionante de R\$ 224,48 bilhões em 2011.<sup>78</sup>

Se as coisas continuarem como no ano de 2013, em que somente no terceiro trimestre os fundos de pensão brasileiros apresentaram um déficit de 22,3 bilhões de reais (ou seja, os depósitos de seus associados foram bilionariamente anulados pelos prejuízos),<sup>79</sup> o futuro do sindicalismo financeiro será um grotesco abraço de pedinte no seu principal devedor. O buraco negro das dívidas eliminará a distância e a diferença entre o mundo dos trabalhadores-proprietários e o mundo dos excluídos do mercado de trabalho. Não haverá providência que os separe.

---

<sup>78</sup>Bancos e fundos de investimentos detêm maior parte da dívida pública, *Agência Brasil*, 22 fev. 2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-02-22/bancos-e-fundos-de-investimentos-detem-maior-parte-da-divida-publica>. Acesso em nov. 2013.

<sup>79</sup>Fundos de pensão fecham o semestre no vermelho, *Valor Econômico*, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3192444/fundos-de-pensao-fecham-o-semester-no-vermelho>. Acesso em nov. 2013.